

Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano III - n.º 26 - agosto - 2012



- Institucional
- Processual
- Jurisprudência
- Juizado Especial Federal
- Publicações
- Legislação
- Serviços
- Concursos
- Educação Corporativa
- Transparência
- Seções Judiciárias

Consulta Processual

Órgão: TRF 1ª Região

N. do Processo:

Processo:

▶ Outras opções de consulta



Notícias

Mantida condenação do SERPRO a arcar com despesas de exames médicos de servidor para tratamento de câncer

Por unanimidade, a 5.ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região negou provimento a recurso proposto pelo Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) contra sentença que o condenou ao reembolso de R\$ 2.888,67, reembolso integral de quaisquer outros exames com indicação médica de urgência e risco de vida e danos morais de R\$ 10 mil.

▶ Leia mais

Análise de contas de ordenadores de despesa pelo TCU não é causa de indenização por danos morais

Hotel não pode ser responsabilizado por dano à estética da cidade causado pelo Governo do Distrito ...

▶ Mais Notícias

Avisos

- e-Jur ficará indisponível em localidades da Primeira Região
- Seção Judiciária do Distrito Federal tem novo portal
- Cancelada Sessão da 6ª Turma de 12 de novembro
- Cancelada Sessão da 3ª Turma do dia 12 de novembro
- Consulta processual passa a exigir código de validação de segurança

▶ Mais Avisos

- ### Serviços
- Endereços e Telefones
 - Peticionamento Eletrônico
 - Citação e Intimação
 - Despesas Processuais
 - Certidão Online
 - RPV e Precatórios
 - Diário da Justiça
 - Plantão Judicial
 - Ouvidoria

- Licitações
- Mutirão Judiciário
- Conciliação
- Transparência em números

TRF investe em tecnologia e lança novo portal

Mais moderno, o novo sítio prioriza serviços ao jurisdicionado e confere mais segurança às informações e serviços internos



CONCILIAÇÃO

Encontro debate estratégias para a sétima edição da Semana de Conciliação



ESPECIAL

Incapaz paga por dano a bem público

PROGRAMA VALORIZAÇÃO

Juiz valorizado, justiça completa



O Programa "Valorização" do CNJ estimula a reflexão sobre a relação dos magistrados com a estrutura do Poder Judiciário e a repercussão de sua atuação na sociedade. Debates e troca de experiências buscam sugestões e propostas que permitam maior efetividade da Justiça e o devido reconhecimento profissional dos juízes. Quem julga mais de 20 milhões de processos por ano e defende os direitos dos cidadãos não pode ficar de fora dessa discussão.

Acesse o site e participe:
www.cnj.jus.br/valorizacao

Quando a internet deu seus primeiros passos em solo brasileiro, por volta de 1988, no meio acadêmico, não se tinha ideia de quão dependentes nos tornaríamos dela, a ponto de nos sentirmos incomodados quando não estamos conectados. A tecnologia avançou a passos largos e chegou ao ambiente corporativo, resultando em grandes transformações na gestão de seus processos de trabalho. Já nos idos de 1989, quando o Tribunal engatinhava rumo à informatização dos serviços, com seus 8 microcomputadores então recebidos como doação do Conselho da Justiça Federal, já se tinha a certeza de que os avanços seriam incalculáveis. Naquela época, ao todo, 24 terminais atendiam às áreas de informática e processantes. Aos poucos, as máquinas de datilografia foram sendo substituídas por computadores, que assumiram a função de editores de texto, e somente no decorrer de 1995 e 1996 nos conectamos ao mundo, via internet.

Com a consolidação da era da informação, os sítios eletrônicos ganharam espaço e tiveram sua importância reconhecida como instrumento de interação com os diversos públicos de interesse, imprescindível para aproximar o cidadão das instituições. Por meio deles passou-se a dar maior visibilidade às ações dos órgãos, além de tornar possível a prestação de serviços à população. Desde então, no ritmo das mudanças tecnológicas, a página do Tribunal vem sendo aperfeiçoada, até chegar à concepção atual, transformando-se em Portal, que oferece uma diversidade maior de possibilidades. A nova ferramenta, concebida para facilitar o acesso ao jurisdicionado, conferiu mais segurança às informações, garantindo a acessibilidade e a navegabilidade. A repórter Thainá Salviato ouviu as pessoas envolvidas no processo de construção do novo portal, que entrou no ar no dia 27 de agosto, e conta com detalhes as facilidades e novidades por ele apresentadas. Uma boa oportunidade para o leitor esclarecer suas dúvidas quanto à navegabilidade e aproveitar ao máximo as novas funcionalidades.

Adoecimento no ambiente de trabalho é outro tema que a Primeira Região em Revista desta edição traz à luz. A proposta é fomentar a reflexão a partir de um bate papo com a psicóloga do TRF, Daniella Freire, nossa entrevistada do mês. Considerando que há uma série de fatores, muitos deles silenciosos, que favorecem o desenvolvimento de patologias no ambiente de trabalho, é importante que fiquemos alerta para espantar esse mal.

Entre outros assuntos de interesse da instituição, acompanhe também os detalhes da instalação da 2ª Vara Federal de Sinop e da inauguração da nova sede daquela Subseção Judiciária em Mato Grosso e o que representou a chegada de mais uma vara federal para a população da região.

Esta edição também marca a estreia de nova sistemática para a editoria Comportamento, que se abre também para os profissionais da rede credenciada da Primeira Região, que atuam na área comportamental, colaborarem com seus conhecimentos, ampliando as discussões acerca do tema. E quem convida à reflexão com o tema Sucesso Profissional é a psicóloga Luciana Brasil.

Encontro de núcleos de conciliação, andamento de metas na Primeira Região e uma lei orgânica para a Justiça Federal são outros destaques deste mês.

Aproveite a revista.

Ivani Morais

Chefe da Assessoria de Comunicação Social

Tribunal Regional Federal da Primeira Região

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

MÁRIO CÉSAR RIBEIRO - Presidente
DANIEL PAES RIBEIRO - Vice-Presidente
CARLOS OLAVO - Corregedor Regional

DESEMBARGADORES FEDERAIS

TOURINHO NETO
CATÃO ALVES
ASSUSETE MAGALHÃES
JIRAIR ARAM MEGUERIAN
OLINDO MENEZES
TOLENTINO AMARAL
CÂNDIDO RIBEIRO
HILTON QUEIROZ
CARLOS MOREIRA ALVES
I'TALO MENDES
JOSÉ AMILCAR MACHADO
JOÃO BATISTA MOREIRA
SOUZA PRUDENTE
SELENE ALMEIDA
MARIA DO CARMO CARDOSO
LEOMAR AMORIM
NEUZA ALVES
FRANCISCO DE ASSIS BETTI
REYNALDO FONSECA
ÂNGELA CATÃO
MÔNICA SIFUENTES
KASSIO MARQUES
NÉVITON GUEDES
NOVÉLY VILANOVA

Diretor-geral da Secretaria:

Roberto Elias Cavalcante

Secretário-geral da Presidência:

Paulo Cardoso de Oliveira

Conselho Editorial:

Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747)
Supervisora da Seção de Produção de Jornal – Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672)
Supervisora da Seção de Produção de Audiovisual – Ramon Pereira
Supervisora da Seção de Imprensa – Martha Rormann

Editora-Chefe

Ivani Morais

Editora-Executiva

Marcela Correia

Redatores

Euvaldo Pinho, Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747), Jair Cardoso (Reg. Prof. DF 7577), Marcela Correia (Reg. Prof. DF 6672), Márcia Murça Barroso, Ricardo Cassiano (Reg. Prof. DF 3026), Sônia Martins, Vera Carpes e Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

Estagiários

Bruno Bandeira, Jaqueline Mendes, Luiza Novetti e Tainara Prata

Colaboração

Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

Revisão

Márcia Murça Barroso

Editoração

Jordânia J. Alves

Fotos

Beto Nocitti, Bruno Spada, Carlos Rodrigues, Euvaldo Pinho, Leonardo Costa, Mauro Putini, Ramon Pereira, Ricardo Cassiano e Secos da 1.ª Região

Chapas CTP

Total Gráfica e Editora Ltda.

Impressão

Gráfica do TRF da 1.ª Região

Tiragem

1.000 exemplares
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

Contato

primeiraregioemrevista@trf1.jus.br

Assessoria de Comunicação Social – Ascom

Praça dos Tribunais Superiores
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3
CEP: 70095-900
Fones: (61) 3314.5371/79 Fax: (61) 3226.4985
e-mail: ascom@trf1.jus.br



12 Capa

A nova ferramenta entrou no ar em agosto, e já conta com cerca de 1.700 páginas eletrônicas e média de 20 mil acessos por dia

Acesse www.trf1.jus.br

Acesse



Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol.1, n.1 (maio 2010)- - Brasília : TRF-1ª Região, 2010- - v.

Mensal
Publicada também *on line*
Continuação de: Revista Destaque
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



RAMON PEREIRA

36 Painei

Subseção de Sinop inaugura nova sede e ganha 2.^a Vara Federal



EUVALDO PINHO

58 Por aí

Ilha de Maiorca e suas belezas



INTERNET

64 Saúde

Intolerância à lactose: causas e consequências

6 Entrevista

A supervisora da Seção de Psicologia do TRF, Daniella Maria Faria de Lima, fala dos transtornos mentais ocasionados pela cobrança e pressão no dia a dia dos servidores

30 Balanço

Saiba como foi a estreia do projeto piloto AGROJEF na fase de atermações

34 Posse

Desembargadora federal Assusete Magalhães é empossada ministra no STJ

52 Artigo

Crime organizado e organizações criminosas

Por Ana Luiza Almeida Ferro – promotora de justiça do Maranhão/MA e palestrante da Esmaf/ 1.^a Região

54 Panorama Primeira Região

Um giro pelas decisões judiciais das Seções e Subseções Judiciárias

62 Comportamento

Sucesso profissional
Por Luciana Brasil



Lidar com a cobrança e a pressão é rotina diária para muitos servidores da Justiça Federal, afirma a especialista. Por isso, é preciso redobrar o cuidado para evitar que o ambiente de trabalho interfira, negativamente, na saúde mental.

▼ RICARDO CASSIANO / ASCOM

Os transtornos mentais são a terceira causa de afastamento do trabalho no Brasil, de acordo com levantamentos realizados, desde 2008, pela Previdência Social. Ficam atrás, apenas, das doenças do sistema osteomuscular, como Lesão por Esforço Repetitivo (LER), e das lesões traumáticas. A observação é da supervisora da Seção de Psicologia (Sepsi/Secbe) do Tribunal, Daniella Maria Freire Lima, que aborda o tema nesta entrevista concedida à Primeira Região em Revista.

Lidar com a cobrança e a pressão é rotina diária para muitos servidores da Justiça Federal, afirma a especialista. Por isso, é preciso redobrar o cuidado para evitar que o ambiente de trabalho interfira, negativamente, na saúde mental. Daniella aponta a depressão como um dos maiores males e associa os transtornos ao consumo abusivo de álcool e drogas: uma fuga inócua em busca de “alívio para as pressões do trabalho”.

Uma boa saída, segundo a supervisora, são os exames periódicos oferecidos pelo Tribunal. Importante fonte de informação, eles também proporcionam acolhimento e tratamento a quem perdeu o prazer no trabalho e não se sente mais capaz de realizar. Para identificar as doenças da mente e impedir que elas afetem outras áreas da vida, Daniella dá o alerta: a qualidade do sono e da alimentação é um termômetro que não pode ser ignorado. Ao mínimo sinal de “perturbação”, é essencial recorrer à consulta psiquiátrica para uma boa avaliação.

Os fatores que desencadeiam transtornos mentais são inúmeros. Podem ser genéticos, biológicos ou relacionados a experiências traumáticas. A boa notícia, segundo a especialista, é que o tratamento para a maioria deles existe e é eficaz. Mudança de comportamento diante da crise ajuda, e muito, a afastar o mal do estresse e trazer de volta a paz no trabalho e na vida pessoal.

Falar em saúde mental é o mesmo que falar em saúde psicológica e emocional?

Saúde mental inclui o nosso bem-estar emocional, psicológico e social. Ela afeta a forma como pensamos, sentimos e como somos capazes de lidar com a vida.

Ter uma boa saúde mental não é só não ter um transtorno mental. A qualidade de nossa saúde mental é o que determina nossos recursos para enfrentar o estresse, como nos relacionarmos com os outros, e nossa capacidade de fazer boas escolhas. A saúde mental é importante em todas as fases da vida, desde a infância e adolescência, passando pela idade adulta e velhice.

Transtornos mentais são alterações persistentes do pensamento, do humor ou do comportamento que implicam deterioração ou perturbação do funcionamento pessoal, em uma ou mais esferas da vida.

Existem muitas causas para os transtornos mentais; os genes e a história familiar podem desempenhar um papel relevante. As experiências de vida, o estresse prolongado ou uma história de abuso, também importam. Os fatores biológicos podem também ser parte da causa. Os transtornos mentais são comuns, mas existem tratamentos disponíveis e eficazes para grande parte deles.

O dito popular de que o trabalho é considerado a nossa segunda casa tem fundamento? Qual a razão de tantos trabalhadores adoecerem no ambiente de trabalho?

Penso que o dito popular nos faz, em princípio, pensar no tempo que dedicamos ao trabalho em comparação com as horas em que passamos em nossas casas.

Se somarmos à nossa jornada diária o tempo de deslocamento para irmos e voltarmos do trabalho e as horas que passamos dormindo, tranquilamente mais de dois terços do dia já se foram. Em geral, passamos mais tempo despertos com nossos colegas de trabalho do que com nossos familiares. Por isso é importante que o trabalho, como nossa casa, sejam espaços acolhedores.

O adoecimento no trabalho surge quando deixamos de acreditar no valor daquilo que fazemos, ou seja, quando não nos sentimos importantes, não sentimos orgulho, não vemos sentido no que fazemos.

A saúde vem quando gostamos do que fazemos, vem com o reconhecimento dos superiores e dos colegas, quando podemos compartilhar alegrias e decepções, quando,

principalmente, temos uma sensação de pertencer.

Quais são as principais enfermidades desenvolvidas em função do ambiente de trabalho?

Atribuir unicamente ao trabalho a causa de um adoecimento é raro. O adoecimento, em geral, tem várias causas. A análise que podemos fazer é quanto às enfermidades que acabam por gerar afastamentos do trabalho.

Os transtornos mentais respondem pela terceira causa de afastamento do trabalho no Brasil, de acordo com levantamentos realizados pela Previdência Social de 2008 para cá. Essas doenças perdem apenas para as do sistema osteomuscular, caso da LER (Lesão por Esforço Repetitivo), e para as lesões traumáticas.

O estresse ocupacional é, sim, muitas vezes desencadeador de transtornos mentais. Há muita cobrança, muita competitividade nos ambientes corporativos, e a pressão que se forma pode, sim, comprometer e alterar tanto a saúde física como a mental.

Entre os transtornos mentais que geram afastamentos prolongados do trabalho, o mais comum ainda é a depressão. A depressão é mais comum entre as mulheres – na proporção de três para cada homem – e também se relaciona à fase da vida funcional da mulher. Pode aparecer quando ela está mais vulnerável, como após o nascimento de um filho ou na menopausa, períodos em que há várias alterações na parte endócrinológica. Os homens são mais suscetíveis a ter um episódio depressivo desencadeado pela perda do emprego ou de cargo em comissão ou por uma separação conjugal.

Segunda colocada no *ranking* das causas de afastamento por doença psiquiátrica, a ansiedade em geral está associada a transtornos de estresse pós-traumático – eles surgem depois de acidentes graves com risco de morte, ou episódios de violência urbana que, infelizmente, são cada vez mais comuns. Ambientes permissivos à violência moral ou onde ocorrem abusos são, sem dúvida, eliciadores de transtornos de ansiedade, uma vez que todas as pessoas do grupo passam boa parte do tempo hipervigilantes, com medo. O aumento do risco de doenças cardiovasculares nesses espaços também é evidente, podendo levar a problemas agudos, como infarto do miocárdio e problemas crônicos, como impotência sexual, entupimento de vasos sanguíneos, risco aumentado de contrair infecções bacterianas e viróticas, úlceras pépticas e gastrite.



Em terceiro lugar na lista das perturbações de natureza emocional que podem gerar afastamento do trabalho estão as relacionadas ao consumo abusivo de substâncias psicoativas, como álcool, maconha, cocaína e crack. A pessoa busca na droga uma sensação de prazer, de alívio para as pressões do trabalho, ou mesmo para preencher o vazio de sua baixa estima. Uma vez formado o hábito, torna-se dependente. O abuso de substâncias também está relacionado a inúmeros outros problemas de saúde física, como câncer em vários órgãos, boca, faringe, estômago, pâncreas, rins, bexiga e pulmões, alterações circulatórias em todo o organismo.

Como as instituições públicas analisam as questões de saúde mental, psicológica ou emocional de seu pessoal e seus desdobramentos no trabalho?

Em geral as análises são feitas por meio de pesquisas, como o Diagnóstico de Qualidade de Vida no Trabalho na Justiça Federal, que teve seu resultado amplamente divulgado recentemente. O Diagnóstico realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Ergonomia Aplicada ao Setor Público (ErgoPublic), por exemplo, aponta os fatores em que há bem-estar no trabalho e onde há indícios de mal-estar.

As intervenções nos ambientes de trabalho, bem como a capacitação dos gestores, a partir das pesquisas e diagnósticos, na maioria das vezes ficam a cargo das áreas de desenvolvimento de recursos humanos das instituições ou de grupos de trabalho com membros de diversas áreas.

No Tribunal, os exames periódicos de saúde a cargo da Divisão de Saúde Ocupacional têm sido uma grande fonte

// O adoecimento no trabalho surge quando deixamos de acreditar no valor daquilo que fazemos, ou seja, quando não nos sentimos importantes, não sentimos orgulho, não vemos sentido no que fazemos. //

de informação, oportunidade de acolhimento, encaminhamento e tratamento de muitos servidores. A Divisão realiza, ainda, análise dos postos de trabalho, com o objetivo de sugerir adequações que promovam o bem-estar dos magistrados e servidores.

O programa permanente de acompanhamento dos servidores com risco cardiovascular também é um momento privilegiado de promoção da prevenção, de acolhimento e encaminhamento dos servidores já adoecidos. O programa é coordenado pela Seção de Enfermagem, da Divisão de Assistência à Saúde, e tem a participação de médicos, enfermeiros, psicólogos, nutricionista, educador físico e



CARLOS RODRIGUES

assistente social. Os profissionais de saúde vão ao local de trabalho dos servidores para conversar sobre saúde, buscando identificar vulnerabilidades e sugerir soluções.

A Divisão de Assistência à Saúde realiza, ainda, o Programa de Acompanhamento das Gestantes, o Programa Parar de Fumar é Possível e o Perca Peso com Saúde. Todos são programas multiprofissionais onde a saúde física e mental são tratadas conjuntamente.

No Poder Judiciário, o cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça desde 2009 aumentou a pressão sobre magistrados e servidores, que tiveram que adotar um ritmo de trabalho cada vez mais frenético para o cumprimento de extensa demanda. Há alguma relação entre essa realidade e a saúde mental dessa clientela?

Em um mundo perfeito o Poder Judiciário seria desnecessário. No mundo real “a pilha de processos” não tem e não terá fim. Na minha percepção sempre houve pressão e sempre houve grande comprometimento com o cumprimento de metas – esse é e sempre será o fazer do Judiciário. As circunstâncias alteradas de 2009 para cá, a meu ver, dizem mais respeito ao aceleração da interiorização da Justiça do que à pressão sofrida para o cumprimento de metas do CNJ. Temos que oferecer a prestação jurisdicional onde quer que o cidadão esteja. Queremos fazer isso, estamos fazendo isso, mas ainda nos faltam recursos de toda ordem. Falta pessoal, faltam equipamentos, falta espaço físico, dinheiro. Daí a frustração, o sentimento de que por mais que façamos, não vamos dar conta. O aumento salarial não saía nunca! A representação social de magistrados e servidores do Judiciário diariamente era deformada nos meios de comunicação. A partir de então, estamos tendo que mobilizar todos os nossos recursos de enfrentamento pessoais e coletivos para continuar querendo pertencer, querendo fazer parte. Quando esses recursos não são suficientes, adoecemos individual e coletivamente.

A exigência de maior qualificação dos servidores e a constante busca pela melhoria na prestação do serviço aos jurisdicionados podem estar associadas ao aumento do nível de estresse e de ansiedade?

Novamente penso que a busca da excelência na prestação jurisdicional sempre existiu e sempre existirá.



A prevenção para o enfrentamento do estresse depende de conseguirmos identificar quais são os agentes estressores: onde, quando, como, quem me desequilibra.



Penso que, de certa forma, o aumento do nível do estresse e da ansiedade esteja mais relacionado a modificações no corpo funcional do Judiciário. Temos um grupo de servidores mais próximos da aposentadoria que tiveram a chance de ocupar funções comissionadas, incorporá-las ao seu salário e que não imaginam a possibilidade de fazer outro concurso. Tem sua história pessoal já atrelada à vida no Tribunal. O outro grupo é de servidores no início de suas carreiras, em geral mais jovens, pensam todo o tempo em fazer outros concursos. Essa divisão ficou clara durante a mobilização para a greve, uns a favor do subsídio, outros contra. Na minha percepção, a pressão para nos mantermos qualificados e eficientes está relacionada ao nosso desejo de sermos reconhecidos e valorizados por chefes e colegas, à vontade de ocuparmos um lugar significativo na sociedade. A pressão me parece ser muito mais interna do que externa, mas estamos passando por isso coletivamente.

Que balanço pode ser feito da saúde mental e psicológica dos servidores do TRF/ 1.ª Região? E das seccionais?

Infelizmente as equipes de saúde de muitas seccionais ainda não estão completas. Poucas seções judiciárias possuem psicólogos em seus quadros, e raros são os psicólogos concursados no âmbito da 1.ª Região. Isso dificulta tanto o diagnóstico como o acolhimento e encaminhamento para tratamento. Na medida do possível têm sido feitas algumas contratações, e outras estão planejadas, como também está prevista a inclusão dos cargos de analista judiciário nas especialidades de medicina, enfermagem, psicologia,

nutrição e assistência social no projeto de criação de cargos para a Primeira Região.

No que se refere aos servidores do Tribunal, não sei dizer se as pessoas hoje estão mais deprimidas ou ansiosas do que no passado. Sei que o acesso à informação, a possibilidade de diagnóstico e de encaminhamento ao tratamento, melhorou.

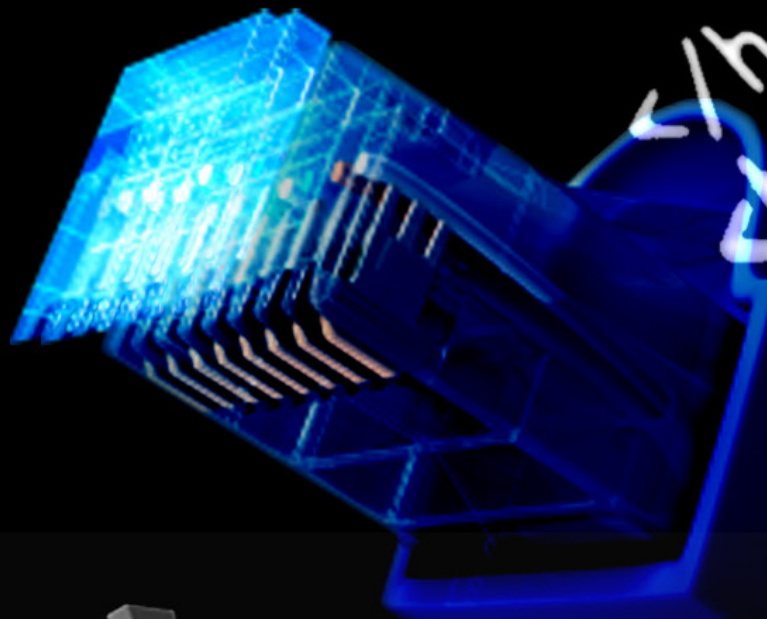
Que atitudes você considera relevantes para que os servidores se previnam ou evitem o adoecimento mental ou psicológico?

Individualmente, penso que o mais importante é autoconhecimento, a auto-observação. A prevenção para o enfrentamento do estresse depende de conseguirmos identificar quais são os agentes estressores: onde, quando, como, quem me desequilibra. Em seguida precisamos identificar quais são nossas crenças, valores, atitudes que estão em cheque diante do que nos estressa. Por fim, precisamos decidir quais são os comportamentos eficazes na redução do estresse e quais não são. Esse processo muitas vezes é realizado com a ajuda de um psicólogo.

O pano de fundo do autocuidado é composto por uma boa alimentação, uma boa qualidade do sono e atividades físicas prazerosas, uma vez que equilibram nosso funcionamento, favorecendo nossa capacidade de análise e, consequentemente, melhorando as nossas condições para lidar com o estresse. Assim, ao perceber qualquer perturbação prologanda na qualidade do sono, da alimentação, da capacidade de sentir prazer, é essencial fazer uma consulta com um psiquiatra para uma boa avaliação. ■

http://www

```
<!DOCTYPE HTML PUBLIC  
<html>  
<head>  
  <meta name="TITLE"  
  <meta name="KEYWORD"  
  <meta name="DESCRIP  
</link rel="styleShee  
<script language="br/></head>  
<body bgcolor="
```



http://www

Novo portal do TRF prioriza serviços ao jurisdicionado

NOVO PORTAL VEIO PARA FACILITAR O ACESSO DO JURISDICIONADO E MODERNIZAR O TRABALHO DE ALIMENTAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

THAINÁ SALVIATO

A internet, originalmente denominada como World Wide Web, foi criada, no formato em que a conhecemos, pela Organização Europeia para Investigação Nuclear (CERN). Tudo começou em 1990, e o objetivo era apenas permitir que cientistas pudessem trocar dados, informações e experiências. O responsável pela criação foi Tim Berners-Lee, ao construir o primeiro computador na Universidade de Oxford. O inventor tornou-se consultor da CERN, onde elaborou um programa para armazenamento de informação que serviu como base para o desenvolvimento da internet. Em 1989, Berners-Lee apresentou um projeto de hipertexto, onde várias pessoas poderiam trabalhar em conjunto agregando conhecimento em uma rede de documentos. Esse foi o projeto denominado World Wide Web (www) que funcionou, inicialmente, apenas dentro da CERN e, em 1991, foi disponibilizado para todo o mundo.

A rede recebeu o nome descrito pela sigla “www” por ter sido comparada por seu criador a uma teia, “web” em inglês. Cada nó da teia funcionava como um local com informações (hipertextos), recebendo o nome de “site”, palavra inglesa derivada do latim *situs*, que significa lugar ou local. Então, quando os usuários querem referir-se a um local determinado na rede, referem-se a um *web site*. Na língua portuguesa, *site* tem exatamente o mesmo significado que “sítio”, palavra também derivada do latim e sinônimo de “lugar demarcado”, “local” ou “posição”.

Sítio (local) ou *site* é um conjunto de páginas organizadas a partir de um URL (Localizador-Padrão de Recursos), um endereço básico onde fica hospedada a página principal de um *site*, que recebe o nome de *index*. O *web site* tem como principal objetivo organizar informações e estruturá-las em uma hierarquia para que todo o conteúdo seja entendido e acessado com facilidade. A alma de um *site* é sua arquitetura de informação, ciência que nasceu da primeira grande experiência do ser humano em organizar

seu conhecimento, a biblioteca. Um sítio nada mais é que um grande arquivo e, se estiver bem organizado, permite que a informação seja encontrada com facilidade.

Hoje, os sítios eletrônicos funcionam como instrumentos de publicidade e servem para divulgar campanhas, prestar serviços, vender produtos, publicar notícias, formar redes de contato, enfim, variadas e infinitas funções. Os sítios eletrônicos podem ser classificados em algumas categorias, de acordo com seus objetivos finais:

- *Hotsites*: estruturas simples desenvolvidas para um acontecimento específico e finito, com prazo determinado de funcionamento. Por exemplo, para divulgar uma campanha de vacinação, o lançamento de um livro ou um evento;

- Institucionais: utilizados por empresas, órgãos e instituições como forma de contato com seu público estratégico e para divulgação dos princípios da instituição (missão, objetivo e valores), estrutura e produtos/serviços;

- Fórum: ambientes voltados à troca de conhecimentos e esclarecimento de dúvidas entre membros de um grupo temático;

- Ambientes *Wiki*: voltados à divulgação de conhecimento, informação e curiosidades e que permitem que a criação e edição de seu conteúdo sejam realizadas por qualquer usuário, também chamados de ambientes colaborativos;

- Redes sociais e de relacionamento: estruturas compostas por pessoas ou organizações que possuem interesses e objetivos comuns e buscam interação e troca de informações por meio da internet. Existem as redes comunitárias, formadas em bairros e cidades pelo interesse comum dos habitantes da região; as redes profissionais voltadas ao fortalecimento e ampliação da rede de contatos para possíveis experiências profissionais; e as mais utilizadas atualmente, as redes de relacionamento, como o Facebook

e o Twitter, focadas nas relações interpessoais, bate-papo, jogos e compartilhamento de fotos e vídeos;

- Portais: funcionam como centros distribuidores de conteúdo de outros sítios e/ou subsítios que integrem sua própria estrutura.

CARACTERÍSTICAS E VANTAGENS DAS PLATAFORMAS DE PORTAL – Os portais oferecem diversas ferramentas e possibilidades, como canais de notícias, serviços de *e-mail* e ferramentas de busca. Um portal não é apenas um grande sítio eletrônico. A diferença é que o portal tem 100% do foco nos seus públicos e cria conteúdos específicos para eles, os chamados “conteúdos verticais”. Além disso, um portal possui ferramentas que constroem um real relacionamento entre quem produz e quem consome a informação, por meio de fóruns, pesquisas *on-line* e *chats*. São *softwares* voltados para internet e possibilitam o uso de ferramentas interativas, como ambientes *wiki* (ambiente colaborativo), formulários, enquetes, etc. Os portais são plataformas formadas por um conjunto de ferramentas que permite a administração direta de informações e conteúdos.

As ferramentas modernas de elaboração e manutenção de portais possibilitam que seja feito o controle das pessoas que atuam como gestoras de conteúdo, ou seja, que alimentam o portal e atualizam seu conteúdo. Para que isso seja possível, esses *softwares* utilizam ferramentas de gestão de conteúdo (CMS), que permitem a separação física entre o leiaute do portal e o conteúdo. Assim, quando é necessário alterar a aparência do *site*, esse trabalho pode ser feito sem que as informações sejam mexidas. Da mesma maneira, os gestores de conteúdo acessam apenas as informações e dados para atualização das massas textuais, sem afetar os elementos gráficos que integram a identidade visual do portal.

A utilização de plataformas com CMS resulta em diminuição dos custos de manutenção e na independência de profissionais especializados para a atualização de conteúdo, tarefa que pode ser executada por qualquer pessoa que tenha treinamento básico em editores simples de texto e imagens.

Essa modalidade de *software* tem sido muito utilizada por instituições e órgãos de governo, na forma dos chamados portais corporativos. Eles facilitam a busca por informações nas diversas fontes disponíveis (setores, divisões e

INTERNET

http://www

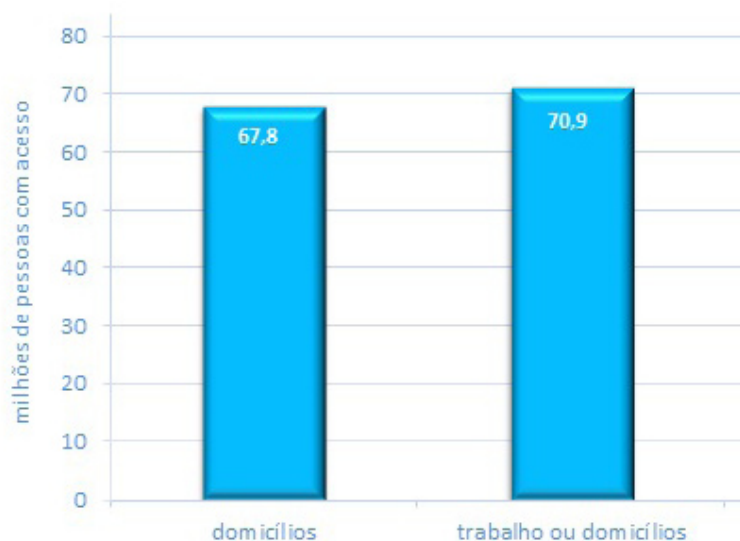
Acesso à internet no Brasil cresceu

No Brasil, o acesso à internet atingiu a marca de 83,4 milhões de pessoas no segundo trimestre de 2012. Os dados foram divulgados em agosto pelo Ibope Nielsen Online e revelam um aumento de 7% em relação ao mesmo período de 2011.

A pesquisa considerou o acesso em diferentes ambientes, como casa, trabalho, escola e *lan houses*, e também identificou crescimento de 1% em relação ao primeiro trimestre deste ano, quando a medida foi de 82,4 milhões de acessos.

O Ibope Nielsen Online identificou, ainda, que 68 milhões de brasileiros possuem acesso à internet em casa ou no trabalho.

NÚMERO DE PESSOAS COM ACESSO, EM MILHÕES – DOMICÍLIOS; TRABALHO OU DOMICÍLIOS E QUALQUER AMBIENTE – BRASIL



7% nos últimos seis meses

Comparado aos outros países avaliados pelo instituto, o Brasil é o que apresenta o maior crescimento no acesso à internet em casa. De acordo com o estudo, esse fato está relacionado ao aumento das conexões banda larga, de maior velocidade. Em 2012, 17% das pessoas tinham conexões desse tipo, enquanto este ano o Ibope registrou cerca de 45% de usuários de conexões banda larga.

serviços), o que pode aumentar a produtividade uma vez que reduz o tempo de pesquisa. Os portais são estruturados por diversas páginas acessadas a partir de hipertextos (*links*) na página principal ou entre as páginas secundárias. Diante de tanta informação e de um grande número de subsítios, o internauta pode-se confundir e acabar por se perder na navegação do portal. Para solucionar esse problema, as ferramentas dispõem de um recurso chamado Mapa do Site, que permite a visualização da organização geral das principais páginas que integram o portal por assunto, por especialidade, por setor, enfim, de acordo com o critério escolhido durante a elaboração do projeto.

Outro recurso oferecido pelas ferramentas de portal é o campo de busca. Trata-se de uma barra de pesquisa onde a busca pode ser feita por palavras-chave, sem que o usuário precise vasculhar as páginas uma por uma.

Todas as funcionalidades das plataformas de portal vem atender às demandas modernas de comunicação e informação, pois a população tem cada vez mais acesso às tecnologias e se faz cada dia mais presente na internet. São consumidores e cidadão mais interativos e exigentes que demandam, em escala crescente, por informações corretas e atualizadas disponíveis em tempo real.

As novas plataformas de portais e *sites* são construídas de acordo com essa evolução social. Hoje, elas comportam o acesso de uma grande quantidade de usuários, sem que o sistema fique lento ou não responda à demanda de navegação. As novas ferramentas apresentam sistemas operacionais modernos, com estruturas mais limpas e leves, o que confere mais rapidez e navegabilidade. As estruturas de gestão de conteúdo também proporcionam mais segurança e qualidade aos conteúdos publicados, pois tudo é armazenado em repositório e os gestores responsáveis por cada publicação são identificados.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PESSOAS COM ACESSO, EM MILHÕES – BRASIL E NOVE PAÍSES – DOMICÍLIOS – AGOSTO DE 2010, 2011 E 2012



qualquer ambiente

	ago/10	ago/11	ago/12	variação 12/11	variação 12/10
Brasil	48,0	58,0	67,8	17%	41%
Itália	33,8	37,5	40,1	7%	19%
França	44,8	47,4	49,1	4%	10%
Reino Unido	43,9	45,7	47,1	3%	7%
Estados Unidos	232,0	244,9	245,5	0%	6%
Japão	84,6	89,7	88,7	-1%	5%
Alemanha	54,4	55,4	55,9	1%	3%
Suíça	5,6	5,6	5,6	0%	0%
Espanha	30,7	28,4	29,4	4%	-4%
Austrália	17,3	17,3	16,2	-6%	-6%

Fonte: IBOPE Nielsen Online

TRF da 1.ª Região moderniza "site" e utiliza nova ferramenta de portal

No dia 27 de agosto entrou no ar o novo portal do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. A iniciativa de implantar a ferramenta surgiu para sanar algumas dificuldades identificadas no antigo sítio eletrônico do Tribunal, como a duplicidade de conteúdos e a atualização e gestão de informações centralizadas na área de Tecnologia da Informação (TI).

O projeto de modernização da página eletrônica do Tribunal já vinha sendo estudado desde 2007 (contato Iva com Braga) pela administração da Casa, mas a iniciativa só pôde ser colocada em prática em janeiro de 2011. A elaboração do projeto de implantação do novo portal foi feita pela Diretoria-Geral da Secretaria (Diges), pelo Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag) e pela equipe da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin). O planejamento e o desenvolvimento da nova ferramenta também envolveram, durante a fase de homologação, outras áreas do Tribunal: Secretaria do Bem-Estar Social (Secbe), Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Secretaria de Administração (Secad), Secretaria de Planejamento Orçamentário e Financeiro (Secor), Secretaria de Controle Interno (Secoi), Assessoria de Comunicação Social (Asom),

Assessoria de Representação e Programação Social (Asrep), Secretaria Judiciária (Secju), Escola de Magistratura Federal da Primeira Região (Esmaf) e Assessoria de Assuntos da Magistratura (Asmag).

Para o presidente do Tribunal, Mário César Ribeiro, o novo sítio, além de modernizar o serviço, irá melhorar a acessibilidade em toda a Primeira Região. Ele destacou que esse é um pleito antigo: "é uma demanda que recebemos dos usuários, principalmente do público externo, advogados e operadores do direito, que demonstravam ter uma grande dificuldade para obter as informações no antigo *site* do Tribunal, como andamento processual e informações de áreas administrativas".

A grande inovação do portal foi a mudança de foco. O antigo sítio foi construído com base na estrutura organizacional, o que tornava a navegabilidade complicada para quem é de fora e não conhece bem a estrutura do órgão, ou mesmo para quem trabalha há pouco tempo no Tribunal. Agora o portal destaca os serviços voltados ao jurisdicionado. O diretor-geral da Secretaria do TRF (Diges), Roberto Cavalcante, explicou: "procuramos fazer um *site*

Antigo sítio

NOVO PORTAL

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Intranet

Comunicação Social Magistrado Servidor

A- A A+

Institucional ▾
Processual ▾
Jurisprudência ▾
Juizado Especial Federal ▾
Publicações ▾
Legislação ▾
Serviços ▾
Concursos ▾
Educação Corporativa ▾
Transparência ▾
Seções Judiciárias ▾

Consulta Processual

Órgão: TRF 1ª Região ▾

N. do Processo:

▶ Outras opções de consulta



Notícias

Decisões administrativas do Cade não podem ser revistas judicialmente

A 6.ª Turma do TRF da 1.ª Região acolheu pedido formulado pelo CADE e reformou sentença que havia anulado infração administrativa imposta pela autarquia às empresas do comércio varejista de combustíveis do Distrito Federal.

Candidata mais bem classificada em concurso público garante preferência de lotação **Candidato assegura direito de cursar medicina na Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

▶ Mais Notícias

Avisos

- Cancelada sessão da 8.ª Turma do dia 5/12
- Canceladas sessões da 4.ª Seção dos dias 10/10, 7/11 e 19/12
- Des. Kássio Marques antecipa julgamento de processos de sua relat...
- Cancelada sessão da 5.ª Turma do dia 3/10
- Rede de energia estabilizada será desligada neste sábado, 29/9

▶ Mais Avisos

Serviços

- Endereços e Telefones
- Peticionamento Eletrônico
- Citação e Intimação
- Despesas Processuais
- Certidão Online
- RPV e Precatórios
- Diário da Justiça
- Plantão Judicial
- Ouvidoria

Licitações Mutirão Judiciário

Conciliação Transparência em números

INTRANET

JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Intranet Bem vindo, Thaina Batista - Sair

A- A A+

Institucional ▾
Jurisprudência ▾
Atos do Tribunal ▾
Publicações ▾
Serviços ▾
Magistrado ▾
Servidor ▾
Gestão da Informação ▾



PRIMEIRA REGIÃO EM REVISTA

Notícias

Decisões administrativas do Cade não podem ser revistas judicialmente

A 6.ª Turma do TRF da 1.ª Região acolheu pedido formulado pelo CADE e reformou sentença que havia anulado infração administrativa imposta pela autarquia às empresas do comércio varejista de combustíveis do Distrito Federal.

Candidata mais bem classificada em concurso público garante preferência de lotação **Candidato assegura direito de cursar medicina na Universidade Federal da Bahia (UFBA)**

▶ Mais Notícias

Avisos

- Rede será desativada em prédios do Tribunal neste sábado para man...
- Adiada sessão do dia 23 da Quinta Turma Suplementar
- APCORB é a encarregada da coleta seletiva no TRF 1ª Região
- Cancelada sessão do dia 02 de outubro da Primeira Seção
- Cancelada sessão do dia 1.º de outubro da 7.ª Turma

▶ Mais Avisos

voltado para a atividade fim do Tribunal, que é a área da informação processual, buscando deixar mais acessíveis as informações sobre jurisprudência e dando um caráter mais leve às informações". A Secin já tem recebido retorno dos usuários externos, indicando maior grau de satisfação pela organização e pela facilidade de acesso à informação.

Outra mudança expressiva foi a caracterização da intranet como uma página exclusivamente institucional para servidores, magistrados, prestadores de serviço e estagiários. Antes, qualquer internauta conseguia abrir conteúdos como se fosse um dos funcionários do Tribunal, apenas clicando no ícone da intranet. "Elevamos o nível de segurança nesse ambiente, pois agora o portal exige que o usuário informe *login* e senha para acessar os conteúdos internos", explica Roberto Petruff, diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin).

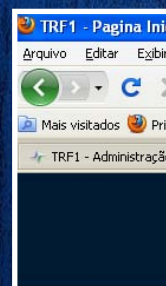
O novo portal mudou também a forma como os servidores, prestadores de serviço e estagiários utilizam o *site* para trabalhar. Hoje, ao acessá-lo, o funcionário visualiza a página externa do Tribunal, a mesma acessada pelo público. Para abrir os conteúdos, sistemas e ferramentas de uso exclusivo do corpo funcional é preciso fazer *login* na Intranet, informando o número da matrícula e senha. A mudança se caracteriza também pelo fato de que nem tudo o que aparece no ambiente virtual externo, aparece na intranet e vice-versa. Os conteúdos, sistemas e ferramentas de uso exclusivo do corpo de funcionários estão disponíveis apenas na Intranet, enquanto aqueles conteúdos sem restrições de acesso estão disponíveis apenas no ambiente externo.

Com a nova ferramenta, o processo de atualização e administração das informações também mudou. Agora são os gestores de conteúdo de cada uma das áreas os responsáveis pela publicação, atualização e retirada dos conteúdos do portal, tarefa que era centralizada na Secin. "A proposta é ter uma ferramenta de gestão de conteúdo efetiva, onde cada área faz a sua própria edição de conteúdo. Essa mudança trouxe mais autonomia e responsabilidade aos gestores de cada setor, descentralizando e democratizando a gestão das informações", acrescentou Petruff. O novo portal desafogou a carga sobre a equipe de TI, que acumulava a função de proceder a todas as publicações. "Nós temos que trabalhar mais na questão de desenvolvimento, atendimento, e não fazer o trabalho dos usuários e dos gestores, que são os donos das informações. Assim, as áreas ganharam mais autonomia e também mais responsabilidade, o que resultará em mais qualidade de in-

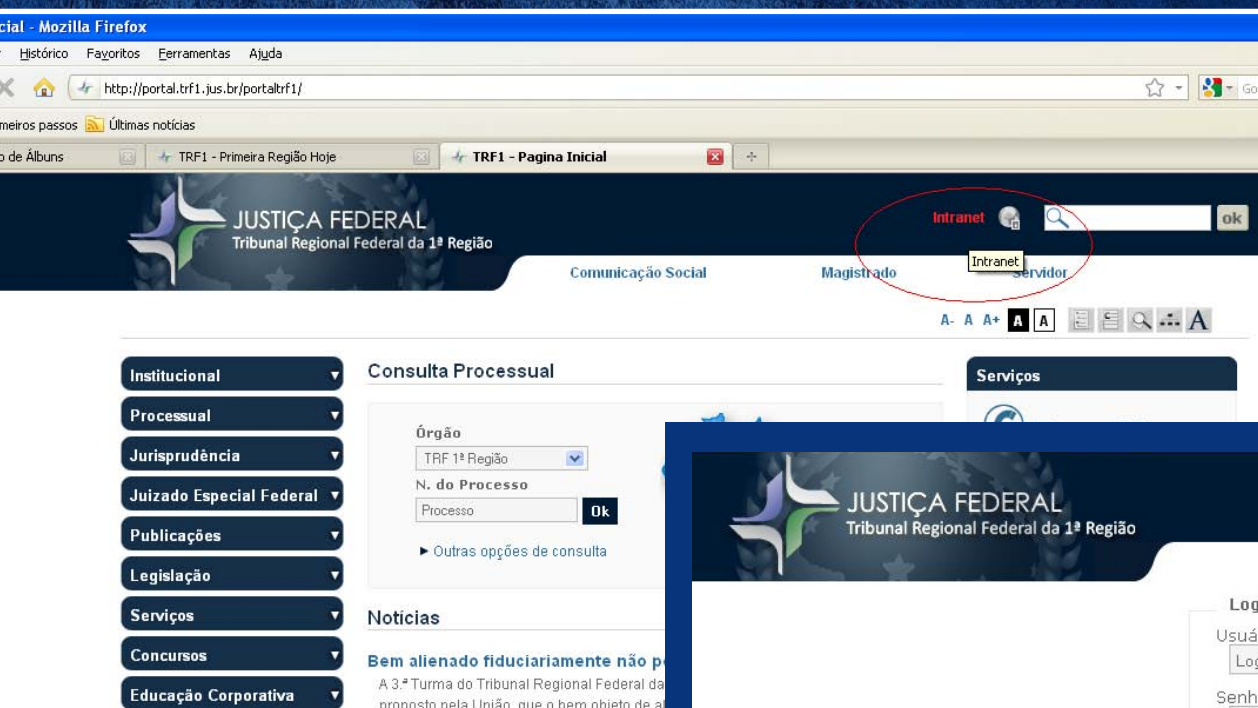
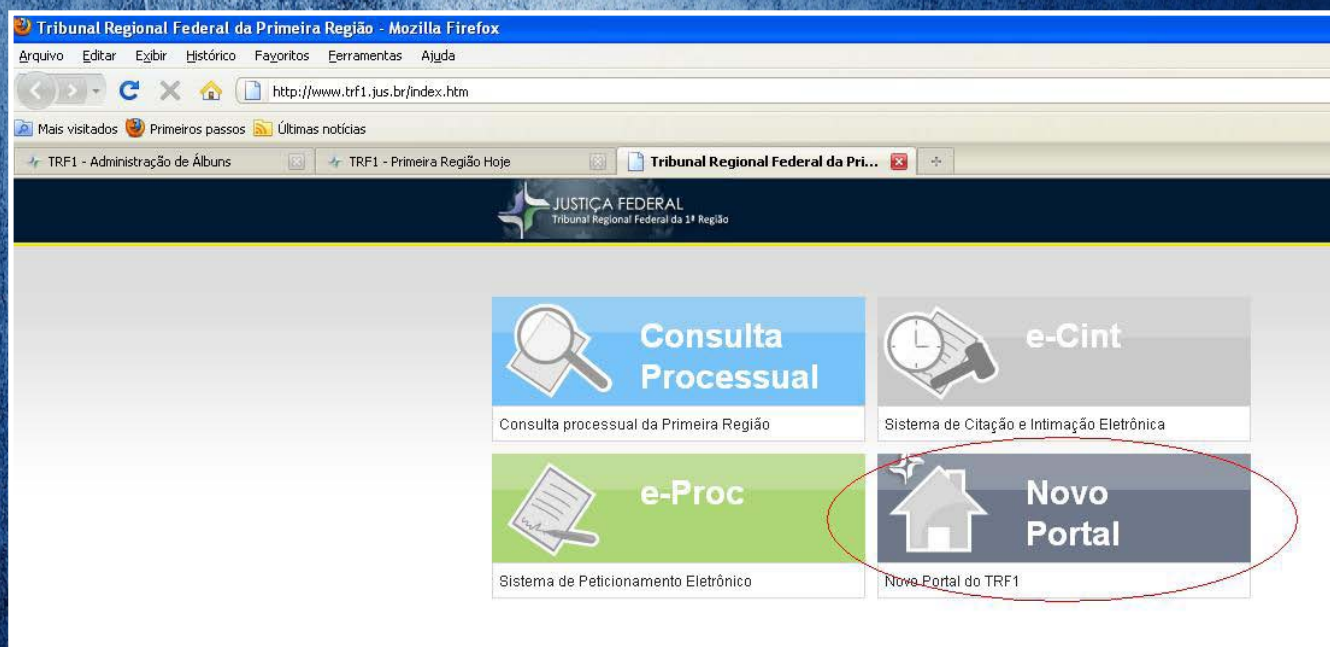
COMO ACESSAR O NOVO PORTAL

Para acessar o portal do Tribunal, basta digitar no seu navegador de internet o endereço [HTTP://www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br). Em seguida, clique no *banner* "Novo Portal". Confira na imagem:

Para quem faz parte do corpo funcional do TRF/ 1.^a Região e deseja acessar os conteúdos de acesso restrito, é preciso acessar a Intranet. O acesso é fácil! Após acessar o novo portal, basta clicar no ícone destacado no canto superior direito e, em seguida, informar o número da matrícula e senha, como demonstram as imagens ao lado.



DO TRF DA 1.ª REGIÃO



formação”, destacou Mário de Sena Braga Júnior, diretor da Divisão de Sistemas Administrativos (Disad) da Secin.

Para a coordenadora do Portal do TRF da 1.ª Região, Mônica Moraes Pereira, o diferencial do novo portal é a tecnologia moderna: “o antigo site estava defasado, e a manutenção era muito complicada e centralizada na Secin”. Para ela, o mais importante no novo projeto é a facilidade para disponibilização da informação. “Antes, muitas vezes as áreas do Tribunal tinham a informação necessária ao jurisdicionado, mas, como tudo era centralizado na área de TI, criava-se uma fila de atendimento. Agora não, temos mais facilidade em atender as demandas de publicação”, destacou Mônica.

A FERRAMENTA – Para a criação do novo portal do TRF/ 1.ª Região foi utilizada a plataforma Lumis Portal, que integra uma série de ferramentas para o desenvolvimento e gerenciamento de portais *web* de forma simples e rápida.

O novo portal permitiu a reorganização dos conteúdos, destaque aos principais serviços e mais segurança para a intranet. A ferramenta oferece, ainda, mecanismos de busca e mapa do portal, além de ser compatível com os programas utilizados por portadores de deficiência visual para tradução de conteúdo, agregando acessibilidade. A plataforma também permite a utilização de *chats*, enquetes, fóruns e elaboração de formulários. O novo portal também é acessível a todos os tipos de dispositivos móveis, como celulares, *notebooks* e *tablets*.

O portal do TRF da 1.ª Região recebe, diariamente, a média de 20 mil acessos à página principal e 120 mil acessos a serviços. Sua estrutura concentra, hoje, cerca de 1.700 páginas eletrônicas.

PRÓXIMO PASSO – A equipe de TI do Tribunal e os desenvolvedores da Lumis estão trabalhando, agora, nos sítios eletrônicos das seções judiciárias. A previsão é que as páginas eletrônicas das 14 seccionais da Primeira Região estejam no ar até o final de outubro. Para iniciar o processo de transição das antigas páginas eletrônicas para os novos sítios, já foi feita uma videoconferência com todas as seções judiciárias sobre a postagem dos documentos referentes à Lei da Transparência no portal. A Secin realizará no período de 23 a 26 de outubro, um treinamento em gestão de conteúdos e uso técnico da ferramenta. Dois servidores das áreas de TI de cada seccional irão à sede do Tribunal para participar da capacitação. A ideia é que eles atuem como replicadores em suas seccionais para capacitação dos funcionários à utilização dos novos portais.

Nas seccionais, as páginas seguirão o padrão do portal do TRF, com identidade visual única. “Este é um fator muito importante, pois facilita o trabalho. A partir do momento que se tem um padrão, quando é necessário fazer alguma alteração se faz em escala, trazendo sustentabilidade ao projeto, que fica mais barato em longo prazo”, explicou o diretor da Secin, Roberto Petruff.

A coordenadora do Portal, Mônica Moraes, lembra também que, com os sítios das seccionais integrados ao portal do TRF da 1.ª Região, a navegação se tornará mais rápida e fácil. “Muitos conteúdos publicados pelas seccionais remetem a informações do portal do Tribunal, por isso essa integração entre as páginas é importante. Será mesmo um portal da Justiça Federal da Primeira Região”, completou. ■



O texto jornalístico e o “vai fazer”

▼ MÁRCIA MURÇA BARROSO

Geralmente a escrita é mais memorável que a fala. Se ouvimos uma opinião sobre algum fato marcante, rapidamente nos esquecemos dos detalhes desse julgamento, às vezes até nos esquecemos de toda sua ideia; mas, se lemos a mesma opinião sobre o mesmo fato, não considerando a possibilidade da releitura, somos capazes de guardá-la pelo resto da vida. Essa distinção entre as duas formas de comunicação é um dos motivos de expressões tidas como adequadas à linguagem falada serem verdadeiros emporcalhamentos da grafia, e de outras, julgadas apropriadas na escrita, acabarem rejeitadas na oralidade, principalmente quando se pretende elaborar um discurso mais leve, de maior abrangência.

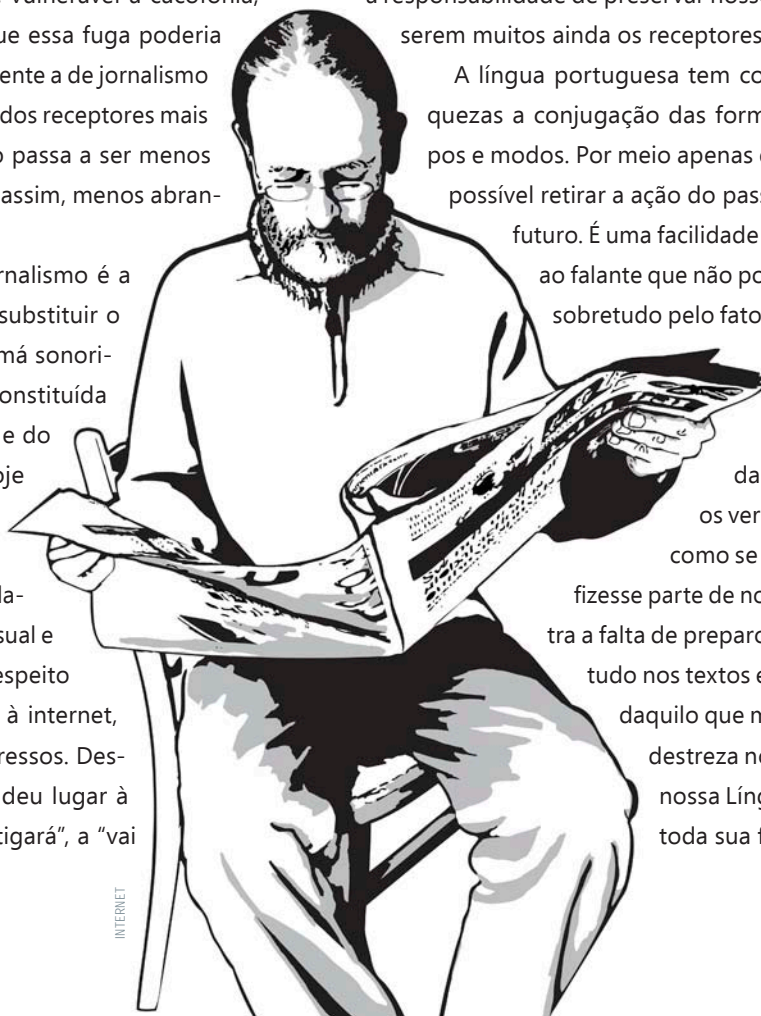
A tentativa, porém, de fazer a mensagem chegar ao máximo de espectadores e de leitores levou o jornalismo, tanto o televisivo quanto o impresso, a fugir, entusiasticamente, ao emprego de verbos no futuro do presente, por considerá-lo muito formal e vulnerável à cacofonia, e por não levar em conta que essa fuga poderia tornar a atividade, principalmente a de jornalismo impresso, um alvo de críticas dos receptores mais exigentes, alvo cujo produto passa a ser menos valorizado de modo geral e, assim, menos abrangente.

O que se observa no jornalismo é a distorção da orientação de substituir o futuro, em alguns casos de má sonoridade, pela locução verbal constituída do auxiliar “ir”, no presente, e do infinitivo – locução que hoje também carrega a noção de futuro. Tal instrução saiu das disciplinas acadêmicas relacionadas ao trabalho audiovisual e chegou àquelas que dizem respeito aos textos escritos e, assim, à internet, às revistas e aos jornais impressos. Desse modo, a forma “pagará” deu lugar à coloquial “vai pagar”, “investigará”, a “vai

investigar”, “exigirá”, a “vai exigir” e assim por diante, acarretando, muitas vezes, quando empregadas várias dessas locuções num mesmo texto, sobretudo no redigido, a desqualificação total do trabalho.

De fato o radiojornalismo e o jornalismo televisivo devem usar a linguagem falada, entre os recursos fônicos, na transmissão de seu conteúdo, uma vez que é com a fala que eles trabalham. A transmissão de uma notícia por texto com características exclusivas da escrita afasta aquele que seria o receptor, pela falta de adequação ao contexto linguístico desse falante, podendo gerar, inclusive, sensação mais intensa da possibilidade de haver certa intrusão do emissor. O discurso jornalístico sonoro, entretanto, deve buscar uma linguagem situada numa posição central entre a fala e a escrita, suficiente para propiciar a ele clareza, objetividade e adequação. Não convém ao jornalismo reduzir a Língua a uma linguagem de bate-papo, pois sobre ele também recai a responsabilidade de preservar nosso idioma oficial, visto serem muitos ainda os receptores de seus discursos.

A língua portuguesa tem como uma de suas riquezas a conjugação das formas verbais em tempos e modos. Por meio apenas de uma desinência, é possível retirar a ação do passado e levá-la para o futuro. É uma facilidade que a Língua oferece ao falante que não pode ser desperdiçada, sobretudo pelo fato de possibilitar a reunião dos maiores valores textuais: a clareza e a objetividade. O medo de usar os verbos no tempo futuro, como se essa conjugação não fizesse parte de nosso idioma, demonstra a falta de preparo dos falantes, sobretudo nos textos escritos, para usufruir daquilo que mais lhes propiciaria a destreza no ato de comunicar, a nossa Língua Portuguesa, com toda sua funcionalidade.



INTERNET

ESTAGIÁRIOS DA AERONÁUTICA VISITAM O TRF

No dia 15 de agosto, o Tribunal recebeu a visita de 32 tenentes estagiários, bacharéis em direito, da Força Aérea Brasileira e de dois oficiais responsáveis pelo grupo, Fernanda Tápia e Sidney Cunha Neves.

A visita integra o treinamento dos militares que farão parte do quadro complementar de oficiais da Aeronáutica e tem por objetivo proporcionar uma visão robusta do sistema judiciário brasileiro, por meio de visitas a diversos órgãos da Justiça, entre eles o TRF da 1.ª Região.

Os estagiários, oriundos de vários estados do Brasil, foram recebidos pelo secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira, no Salão Nobre. Em seguida, os militares assistiram a uma sessão de julgamento da 5.ª Turma, presidida pelo desembargador federal Souza Prudente.

Na ocasião, os militares visitaram o Memorial Mauro Leite Soares, onde puderam conhecer um pouco da história do TRF. A coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip) também recebeu a visita dos militares, que conheceram, ainda, a Central de Digitalização Judicial do TRF. “É de extrema importância essa vivência, poder conhecer na prática como funciona a Justiça Federal brasileira. Sei que isto trará uma ampla visão e nos enriquecerá no meio jurídico”, declarou Luiz Fernando Claudino, estagiário do estado de São Paulo.



MARCUS OLIVEIRA

DESEMBARGADOR OLINDO MENEZES TOMA POSSE NO TRE/DF

O desembargador federal Olindo Menezes foi empossado, no dia 15 de agosto, como membro do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE/DF), pelo presidente daquela corte, desembargador Mario Machado. Na mesma solenidade, o novo membro foi condecorado com a Medalha do Mérito Eleitoral.

Em sua saudação, o presidente do TRE disse que hoje é um dia de relevo para o Tribunal, justificando: “é o da posse de Vossa Excelência [...] trilha carreira de marcantes conquistas, que enriquecem o seu currículo”. Ao agradecer a saudação, o empossado, em discurso, afirmou: “Vim para este tribunal para aprender com Vossas Excelências”.

O desembargador federal Olindo Menezes sucede o desembargador federal Hilton Queiroz no TRE/DF.

Presenças – Estiveram presentes ao evento o presidente do TRF da 1.ª Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, os desembargadores federais Maria do Carmo Cardoso e Néviton Guedes, o secretário-geral da Presidência, Paulo Cardoso de Oliveira, o ex-diretor-geral do Tribunal, Felipe dos Santos Jacinto, o diretor da Secretaria de Planejamento e Administração Orçamentária, Frederico Bezerra, e servidores da Casa.



RAMON PEREIRA

DESEMBARGADORES KASSIO MARQUES E NÉVITON GUEDES RECEBEM MEDALHA DO PACIFICADOR



BELOMONCHI

Os desembargadores federais Kassio Marques e Néviton Guedes foram condecorados no dia 24 de agosto com a Medalha do Pacificador do Exército Brasileiro, durante solenidade de comemoração do Dia do Soldado.

A Medalha do Pacificador destina-se a condecorar militares, civis, organizações militares e instituições civis, nacionais e estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços ao Exército e que se tenham tornado credores de homenagem especial da Força.

FELIX FISCHER ASSUME A PRESIDÊNCIA DO STJ

Os ministros Felix Fischer e Gilson Dipp tomaram posse, no dia 31 de agosto, respectivamente, nos cargos de presidente e vice-presidente do STJ e do Conselho da Justiça Federal (CJF), para atuar no biênio 2012-2014.

A cerimônia, ocorrida na sala do pleno do STJ, contou com a presença do desembargador federal Mário César Ribeiro, presidente do TRF da 1.ª Região, de outros desembargadores da Casa e do diretor-geral do Tribunal, Roberto Elias Cavalcante, entre várias autoridades.

Em seu discurso, a ministra Eliana Calmon disse que a eleição de Fischer para a presidência do STJ traz grandes expectativas. "A ele entregamos hoje as nossas preocupações, com a promessa de sermos soldados fiéis na empreitada. Afinal, clama a sociedade brasileira, em especial o estrato mais marginalizado e sofrido, por um judiciário renovado, de concretude republicana, capaz de realizar as promessas constitucionais, dentre as quais a razoável duração do processo", afirmou.

ESTUDANTES DE DIREITO DA UNDB DO MARANHÃO VISITAM O TRIBUNAL

No dia 28 de agosto, o Tribunal recebeu a visita de cerca de 30 estudantes do Curso de Direito da Universidade Dom Bosco (UNDB), acompanhados do juiz federal Ney Bello, da Seção Judiciária do Maranhão.

Os estudantes primeiramente assistiram a uma sessão de julgamento da 3.ª Turma presidida pelo magistrado Tourinho Neto. Em seguida, dirigiram-se ao Espaço Pontes de Miranda, onde receberam informações do juiz Ney Bello sobre o funcionamento do Tribunal.

Segundo o magistrado, que também é professor na instituição, a visita proporciona aos estudantes uma aproximação mais efetiva com a Justiça Federal. "É importante trazer os estudantes acadêmicos de Direito ao Tribunal para que conheçam a dimensão do TRF da 1.ª Região, a natureza das causas e como julga a Corte". O magistrado concluiu afirmando a importância da iniciativa também para o Tribunal, pois aproxima o órgão das faculdades de Direito e da sociedade.

Na ocasião, os alunos conheceram a Coordenadoria de Registros e Informações Processuais (Corip) e a Central de Digitalização.



MALURO PUTINI



AUDIÊNCIA COLETIVA DE CONCILIAÇÃO EM FGTS NA SJAM

Dos 24 representantes de empresas devedoras do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) que compareceram à audiência coletiva de conciliação de execução fiscal, no dia 29 de agosto, na sede da Justiça Federal do Amazonas, 17 assinaram acordo ou acenaram com a possibilidade de negociar, totalizando o percentual de 71% de sucesso obtido.

Na abertura do evento, o juiz federal substituto que atua na 5.ª Vara de execuções fiscais da seccional, Marcelo Pires Soares, falou sobre a importância da implantação da cultura da conciliação.

A iniciativa do Núcleo de Conciliação da Seção Judiciária do Amazonas (Nucom/AM) contou com a parceria da Caixa Econômica Federal, que trouxe propostas de parcelamento das dívidas em até 180 meses.

Participaram do evento a juíza federal coordenadora do Nucon/AM, Jaiza Fraxe, o procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho, Jeibson Justiniano, e os representantes da CEF, Alcefredo Pereira e Mário Peixoto Neto, além de servidores do Nucon e da 5.ª Vara Federal.



SECOJAM



CONCILIAÇÃO POR VIDEOCONFERÊNCIA

O Núcleo de Conciliação da Justiça Federal da Bahia realizou o I Mutirão CONSTRUCARD nas subseções judiciárias do Estado da Bahia por meio de videoconferência, nos dias 20 e 21 de agosto. O projeto piloto aplica uma experiência inovadora no Movimento de Conciliação em todo o País.

Na oportunidade, foram realizadas audiências nas subseções de Ilhéus, Paulo Afonso, Juazeiro, Barreiras e Guanambi, com 37 intimações válidas, que resultaram em 13 acordos, seis recusas de proposta, um pedido de redesignação e 17 ausências.

O evento teve coordenação do juiz federal substituto João Paulo Pirôpo de Abreu e contou com o apoio dos diretores das Subseções participantes, do Nutec, Seseg, da Área de Recuperação de Crédito e do jurídico da CEF.



BIBLIOTECA DE SECCIONAL BAIANA RECEBE DOAÇÃO SOBRE 100 ANOS DO NASCIMENTO DE RUI BARBOSA

No dia 2 de agosto, a Biblioteca da Justiça Federal da Bahia recebeu uma doação especial: um exemplar do periódico Gazeta Judiciária, de 5 de novembro de 1949.

A doação foi realizada pelo servidor da 7.ª Vara, Renato de Mello Guimarães Lobo. O exemplar é uma edição especial comemorativa do centenário de nascimento de Rui Barbosa. Para os pesquisadores é uma ótima fonte de consulta, pois traz muitos artigos e fotos sobre a vida e a obra do ilustre baiano.

A supervisora da Sebib, Luzineide Araújo, falou sobre a importância da doação: "Apreciamos o desapego de Renato em abrir mão de uma obra do seu acervo particular para propiciar a outras pessoas acesso a este exemplar raro e primoroso", agradeceu a servidora.



SECOJAM



MUTIRÃO DO SFH NO DISTRITO FEDERAL ALCANÇA R\$10 MILHÕES EM VALORES NEGOCIADOS

De 27 a 31 de agosto, a Seção Judiciária do Distrito Federal promoveu mutirão de conciliação do Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Na oportunidade, os mutuários da Caixa Econômica Federal (CEF) puderam fechar acordos em processos judiciais ajuizados entre 2000 e 2011, relativos à revisão contratual das prestações de seus imóveis.

Na ocasião foram realizadas 149 audiências, com 71 acordos, o que correspondeu ao percentual de 54,62% de sucesso obtido, e cerca de R\$ 10 milhões em valores negociados.



ENCONTRO DE SUPERVISORES DAS SUBSEÇÕES JUDICIÁRIAS DE GOIÁS

Por iniciativa do diretor do Foro, juiz federal Mark Yshida Brandão, foi realizado, na Justiça Federal de Goiás, de 20 a 22 de agosto, um encontro de supervisores, das subseções judiciárias de Goiás, lotados na Seção de Suporte Administrativo e Operacional (Sesap) e na Seção de Administração Financeira e Patrimonial (Seafi) das respectivas subseções. O curso, ministrado por servidores da seccional, foi desenvolvido de forma teórica e prática, e abordou assuntos relacionados às áreas do Núcleo Administrativo, Núcleo de Controle Interno e Núcleo de Recursos Humanos. Os participantes afirmaram que o encontro proporcionou, além do conhecimento, a interação entre os servidores, que vivenciaram momentos de troca de experiências profissionais e pessoais. De acordo com o diretor do Foro, a intenção da Administração é promover, anualmente, um encontro dessa natureza. A segunda etapa está prevista para o período de 26 a 28 de setembro.



CORREIÇÃO ORDINÁRIA NO MARANHÃO

Foi realizada, no período de 13 a 17 de agosto, na Seção Judiciária do Maranhão e nas subseções de Caxias e Bacabal, correição ordinária da Corregedoria Regional da Justiça Federal de Primeiro Grau da Primeira Região.

Na solenidade de abertura, o diretor do Foro, Ricardo Macieira, deu as boas-vindas ao corregedor regional Carlos Olavo e aos juízes auxiliares da Corregedoria, destacando a importância da correição no conhecimento das reais condições da Seção Judiciária.

Já o desembargador Carlos Olavo falou da satisfação de estar na Justiça Federal maranhense – segundo ele, integrada por notáveis magistrados e servidores de alta qualidade. Pediu que todos vejam a correição como um estímulo, e não como simples cumprimento de uma rotina, e prometeu levar ao TRF as reivindicações de juízes e servidores.

A Correição também se deu, no período de 20 a 22 de agosto, na Subseção de Imperatriz.



WISDOM



MAGISTRADO E EQUIPE FAZEM INSPEÇÃO JUDICIAL EM CIDADES MINEIRAS

Nos dias 20 e 21 de agosto, o juiz federal Antônio Francisco do Nascimento, titular da 1.ª Vara e diretor da Subseção Judiciária de Governador Valadares, realizou inspeção judicial nas cidades mineiras de Resplendor, Itueta e Aimorés – sedes dos municípios afetados pela construção da hidrelétrica de Aimorés.

A inspeção teve o objetivo de aferir a real dimensão dos impactos e danos socioambientais e econômicos causados pela barragem, e verificar a ocorrência dos fatos alegados nas várias ações judiciais que tramitam na 1.ª Vara, ajuizadas contra o Consórcio da Hidrelétrica de Aimorés – CHA, o Ibama e a Anell.

Acompanhado pela equipe de servidores designados, pelos representantes do Ministério Público Federal, das partes e de seus assistentes técnicos, o magistrado percorreu as áreas afetadas pelo reservatório da usina e ouviu representantes das comunidades e de diversas entidades e autoridades locais.

Ao final dos trabalhos, o juiz federal destacou a



SECOSS/SSI GOVERNADOR VALADARES

importância da diligência judicial e, fixados os pontos controvertidos, conclamou as partes para uma possível conciliação, especialmente quanto ao problema da atividade pesqueira e quanto ao Trecho de Vazão Reduzida (TVR) em frente à cidade de Aimorés, que será discutido em audiência específica.



MAIS 27 ACORDOS CELEBRADOS EM RONDÔNIA

O mutirão de conciliação ocorrido de 27 a 28 de agosto, na sala de treinamento da Justiça Federal de Rondônia, produziu mais 27 acordos, envolvendo a quantia de R\$ 36.674,25. No somatório parcial desses dois dias de trabalho, já foram contabilizados



SECOSS RO

49 acordos, atingindo, em numerário, o montante de R\$ 69.220,55. Além das 21 ações de execução fiscal ajuizadas na 1.ª e na 2.ª vara, também é objeto de conversa, em mesa de negociação, dívidas com o Conselho Regional de Economia de Rondônia (Corecon). A Justiça Federal abriu espaço para que a entidade classista tente fazer acordo pré-judicial com os inadimplentes. O objetivo é proporcionar o entendimento entre as partes envolvidas, evitando-se, assim, o crescimento da demanda nas carteiras de execução fiscal da seção judiciária.

Os trabalhos de equipe foram coordenados pelos juízes federais Jaqueline Conesque Gurgel do Amaral, da 4.ª Vara, que é coordenadora do Núcleo de Conciliação da seccional, e Marcelo Stival, coordenador adjunto.



MAGISTRADOS E AGENTES DE SEGURANÇA PARTICIPAM DE TREINAMENTO

Entre os dias 28 e 31 de agosto, na sede da 5.^a Cia. de Missões Especiais da Polícia Militar, em Governador Valadares (MG), ocorreu treinamento de segurança, armamento e tiro, promovido pela Comissão Permanente de Segurança Institucional da subseção judiciária em parceria com a Polícia Militar de Minas Gerais.

O treinamento contou com a participação dos magistrados Antônio Francisco do Nascimento (diretor da Subseção Judiciária de Governador Valadares), Mauro Rezende de Azevedo, Flávio Bittencourt de Souza e Rafael Araújo Torres; do diretor de Secretaria da 1.^a Vara, Domingos Sávio Maciel Roessing, e dos agentes de segurança Nilson Moreno Lima e Wallace Marques Coelho.

O curso teve por objetivo oferecer conhecimentos que auxiliem os magistrados e agentes de segurança a identificar situações de risco e a desenvolver comportamentos adequados de prevenção, defesa e percepção de circunstâncias que comprometam sua segurança, além do conhecimento básico em armas de fogo.



CELEBRADOS MAIS DE 90% DE ACORDOS EM MUTIRÃO DO CONSTRUCARD NO PIAUÍ

A Justiça Federal do Piauí, por meio da 4.^a Vara Federal, no dia 21 de agosto, fez o balanço do mutirão de conciliação de processos do CONSTRUCARD realizado no período de 6 a 9 de agosto, na sede da Seção Judiciária do Piauí.

De acordo com o juiz federal Lucas de Albuquerque, coordenador do Núcleo de conciliação da seccional: “temos conseguido resultados expressivos por meio de conciliações. A conciliação torna a Justiça mais célere, e os resultados são mais satisfatórios, porque construídos pelas partes, que dialogam e chegam a bom termo”.

Foram negociados R\$ 1.693.553,38 em dívidas do CONSTRUCARD, e celebrados acordos em 90,20% dos processos. O magistrado ressaltou ainda a expressividade no número de acordos celebrados durante o mutirão: “Atingir mais de 90% de acordos celebrados é uma demonstração de que a conciliação é realmente o melhor método para solucionar conflitos. O desafio que enfrentamos agora é consolidar essa cultura de conciliação. Muitas questões podem e devem ser resolvidas pelos sujeitos diretamente envolvidos. Quando essa solução não for possível e o conflito for judicializado, ainda assim é possível tentar a solução dialogada, cabendo ao Poder Judiciário o papel de interlocução neste processo”, disse.



SECOJPI

Doença mental não justifica dano contra o patrimônio público

TRF/ 1.ª REGIÃO ACATA DENÚNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

▼ TAYNARA PRATA/ MC

A Lei 4.717, de 29.6.65, popularmente conhecida como Lei da Ação Popular, define patrimônio público como o conjunto de bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico, pertencentes aos entes da administração pública direta e indireta.

O Código Civil amplia essa noção, englobando também os rios, mares, estradas, bens de uso comum da população, edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias e outros bens pertencentes a cada um dos entes públicos.

Porém, assumindo uma acepção mais ampla, o patrimônio público pode ser considerado o conjunto de bens e direitos que pertence a todos, e não a um determinado indivíduo ou entidade. Seria, portanto, um direito difuso de natureza indivisível dos cidadãos, para quem o Estado e a Administração existem.

Portanto, qualquer ato individual que fira ou deprede bens públicos não está apenas afetando determinado órgão, mas sim prejudicando toda a sociedade. Os impostos pagos pelo contribuinte, convertidos em verba pública, são utilizados em consertos de bens depredados, em vez de aplicados em áreas de necessidade.

“É vergonhosa a falta de pensamento coletivo de algumas pessoas. A população tem o entendimento errôneo de que tudo que é público não pertence a ninguém e por isso pode ser destruído, quando, na verdade, o que é público pertence a todos, e cada vez que um banheiro público é destruído, um banco na praça ou um poste de luz, todos nós pagamos por isso. É o nosso dinheiro, que deixa de ser investido em coisas importantes para ser desperdiçado em reformas de coisas que foram inauguradas há menos de

dois meses atrás.”, opina, inconformada, a estudante de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, Luciana Abreu.

Concorda com a afirmação o jornalista José Carlos Aragão. “Se destruímos o patrimônio público material, estamos destruindo aquilo que nós mesmos pagamos para ter, ou seja, pagamos duas vezes, ou mais, pela mesma coisa”, enfatiza. José foi responsável pela produção de um vídeo educativo com o tema “Nossa Cidade, Nosso Lar” em 2009. Segundo ele, educar e conscientizar crianças a respeito do tema é um dos passos mais importantes para diminuir a incidência de destruição do patrimônio público material. “Esse público é mais sensível às necessidades de mudança de atitude que a maioria dos adultos. É muito mais fácil uma criança entender que não é uma conduta recomendável dispensar um papel de bala na via pública que convencer um adulto a não fazer o mesmo com a sua ponta de cigarro ou sua lata vazia de cerveja”, ressalta.

A depredação do patrimônio é um problema enfrentado em todo o Brasil. A Prefeitura de Teresina/PI, por exemplo, gastou, apenas nos cinco primeiros meses de 2011, cerca de R\$300 mil para reconstruir bancos quebrados e foi obrigada a contratar fiscais noturnos com o intuito de coibir novas tentativas de depredação. No Amazonas, uma empresa de telefonia informou que 20% dos orelhões foram danificados por atos de vandalismo nos primeiros seis meses de 2012.

Só no DF são gastos mais de R\$120 milhões no conserto de muros, aparelhos telefônicos e cabos de rede elétrica roubados. A Companhia Energética de Brasília (CEB) gastou, neste ano, R\$ 10 milhões em reparos de fios de alta tensão; a Secretaria de Transporte gasta, por ano, R\$900 mil no conserto e substituição de placas, e o Serviço de Limpeza Urbana despendia cerca de R\$70 mil por mês para



limpar praças, passagens subterrâneas, passarelas e paradas pichadas.

Considerando que os danos ao patrimônio público afetam toda a sociedade, é importante que autores do dano sejam responsabilizados e penalizados pelos crimes cometidos, mas o que fazer quando o culpado é incapaz de responder por seus atos?

Foi o caso com que deparou um juiz de primeiro grau, que rejeitou a denúncia com fundamento em insanidade mental do denunciado, que havia pichado o prédio da Justiça Federal de Uberaba/MG em quatro ocasiões.

Após ser diagnosticado com sintomas psicóticos graves (esquisofrenia) pelo Centro de Atendimento Psicossocial Dr. Inácio Ferreira (CAPS), o jovem foi submetido a tratamento psiquiátrico medicamentoso no Sanatório Espírita de Uberaba.

Passado o tempo de tratamento, o juízo de primeira instância da Subseção de Uberaba, em Minas Gerais, determinou, baseado no pequeno prejuízo causado pelo delito, que fosse concedida ao acusado a liberdade provisória. O juiz julgou que “Apesar de crônico, seu transtorno mental não é suficiente para torná-lo uma ameaça à sociedade, os atos que lhe são imputados são fruto de ausência, à época dos fatos, de medicação e de acompanhamento médico necessário”.

Ao receber recurso interposto pelo Ministério Público, o relator do processo no Tribunal Regional Federal da Primeira Região, o magistrado César Jatahy Fonseca, apesar de compreender o estado mental do réu à época, concordou com a

argumentação do MPF de que o fato de o acusado estar sob tratamento psiquiátrico não afasta a tipicidade da conduta e que, para o recebimento da denúncia, é necessário prova da materialidade do crime e indícios da autoria, e as duas situações ficaram amplamente caracterizadas.

Embasou-se também no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que estabeleceu:

“Nos termos dos artigos 26 e 97, ambos do Código Penal, a inimputabilidade leva à aplicação de medida de segurança, mas não exclui a tipicidade do delito [...] Tendo sido demonstradas pelo magistrado a *quo* a materialidade e a autoria do fato criminoso, não há falar em atipicidade por ausência de dolo, decorrente da incapacidade de entender o caráter ilícito do fato”. (HC 175.774/MG, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 06/12/2011, DJe 19/12/2011).

Ao final, foi destacado que o recebimento da denúncia não implicaria necessariamente o encarceramento do acusado, mas, possivelmente, a melhor resolução admissível, pagamento parcelado pelo dano, aplicação de serviço comunitário. Essa última opção tem sido cada vez mais aceita entre os magistrados, principalmente como punição alternativa para crimes de pequeno e médio potencial. ■



AGROJEF: primeira ação itinerante soma 270 atermações

PROJETO PILOTO EM CAUSAS AMBIENTAIS E AGRÁRIAS LEVA A JUSTIÇA FEDERAL À REGIÃO MEIO-NORTE DE MATO GROSSO

RICARDO CASSIANO

Em cerca de 15 minutos, centenas de moradores do remoto município de Ipiranga do Norte, em Mato Grosso, deram o primeiro passo rumo à solução de problemas agrários, ambientais e previdenciários que se arrastavam por anos. Entre os dias 31 de julho e primeiro de agosto, a Justiça Federal deslocou-se à região, a 480 km da capital Cuiabá, para dar início à fase de atermação do projeto piloto do AGROJEF: uma iniciativa inédita voltada à regularização previdenciária e agrária de assentados rurais do Incra, no âmbito dos Juizados Especiais Federais (JEFs) sob jurisdição da Subseção Judiciária de Diamantino/MT. A ação encerrou-se no município de Nova Maringá, no dia 2 de agosto, onde 115 pessoas foram atendidas e 91 pedidos, atermados.

Os dois primeiros dias de trabalho resultaram no ajuizamento de 180 ações – a maioria de trabalhadores rurais – efetuado no ginásio municipal de Ipiranga do Norte. Foi a oportunidade de os jurisdicionados terem o primeiro contato com a Justiça Federal e a possibilidade de ingressarem com ações judiciais de causas de pequeno valor. “É um olhar do estado para eles. A gente percebe que eles têm pouca informação sobre o funcionamento da regularização de uma

área rural”, afirmou a diretora da subseção de Diamantino, juíza federal Vanessa Curti Perenha Gasques, responsável pela idealização e coordenação do AGROJEF.

Nos últimos meses, a magistrada envidou esforços e costurou parcerias que tornaram possível a concretização do projeto. Aproveitou-se do JEF itinerante, em curso, em Nova Mutum, há 260 km de Cuiabá, para “estender” a ação até a região mais ao norte do estado. Para tanto, contou com a participação de 30 militares do Exército, sete servidores da Justiça Federal, três do Ibama e dois do Incra. A Polícia Federal, a Empresa Mato-Grossense de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural (Empaer) e as prefeituras e secretarias de agricultura dos dois municípios atendidos também deram apoio técnico e operacional para viabilizar a ação itinerante. “É um projeto muito bem elaborado [...] e fundamental para o município, que foi criado essencialmente de assentamentos da reforma agrária”, declarou o prefeito de Ipiranga do Norte, Orlei José Grasseli.

Ao partirem para Nova Maringá, as equipes, distribuídas em sete veículos, levaram a lembrança de personagens e histórias da vida sofrida no campo, que agora figuram em



Juíza federal Vanessa Curti e servidor do Incra visitam lote após atermação, ao lado do esposo (à esq.) da dona de casa Vilma de Souza (foto ao lado). O casal buscou, no Agrojef, a posse da terra improdutiva

processos judiciais. É o caso da dona de casa Vilma de Souza, 46 anos. Ela protocolou ação na Justiça Federal, na esperança de conseguir um dos 44 lotes do assentamento Santa Irene, a 40 km de Ipiranga do Norte. Lá, pretende viver do cultivo da terra e garantir o sustento da família. Casada e mãe de três filhos, dona Vilma morou a vida toda na região e acompanha a labuta diária do marido na extração de raízes que impedem o plantio da soja, principal motor da economia local.

Nas pernas, movimentadas com a ajuda de muletas, a dona de casa leva marcas de décadas de trabalho árduo na retirada de látex das seringueiras, que resultaram em sérios problemas motores e um desvio na coluna. Sobrevive com os cerca de R\$ 700 por mês do trabalho na lavoura. Após fazer a atermação, a juíza federal Vanessa Curti e um servidor do Incra foram ao local e constataram: a terra que a família pleiteia, ao lado do lote que ocupa há três anos, está improdutiva. Por isso, o atual proprietário pode perder o direito à reforma agrária. “Meu sonho é ter uma terra para eu morar com meus filhos. Já sofri demais em terra dos outros”, desabafou Vilma.

NOVA MARINGÁ – Os relógios ainda marcavam 7 horas da manhã do dia 2 de agosto quando o comboio chegou ao assentamento Santo Antônio, no município de Nova Maringá, após vencer os 90 km de estrada de chão que deixam trabalhadores rurais isolados, à margem do Judiciário. A divulgação havia sido realizada um mês antes, pela juíza Vanessa Curti, através de pequenas rádios comunitárias. Foi o único meio de levar a notícia aos moradores da região, muitos em situação de extrema pobreza. Do total de 15 unidades que integram o consórcio de municípios, apenas Nova Maringá ainda não conta com asfalto. A luz chegou há pouco mais de três anos.



Trabalhador rural Cláudio Paz e suas sete cabeças de gado: criação poderá garantir o direito à terra

ESCOLHA DOS MUNICÍPIOS:

Os municípios de Ipiranga do Norte e Nova Maringá, em Mato Grosso, foram escolhidos como ponto de partida do projeto devido à grande concentração de assentamentos rurais e à proximidade com a Subseção Judiciária de Diamantino. A expectativa da coordenadora do AGROJEF é de que a ideia seja difundida em toda a Primeira Região e, posteriormente, nas demais regiões da Justiça Federal. “São demandas próprias do interior e que precisam ser vistas com mais atenção pelo Judiciário”, declarou Vanessa Curti.



População foi atendida no ginásio de esportes, em Ipiranga do Norte



Tenda improvisada no assentamento Santo Antônio: 115 pessoas atendidas

ASSENTAMENTOS

CIDADES CONTEMPLADAS

IPIRANGA DO NORTE

- 5.123 moradores
- 7 assentamentos do Incra
- 598 famílias assentadas
- 180 ações ajuizadas

NOVA MARINGÁ

- 6.590 moradores
- 7 assentamentos do Incra
- 300 famílias assentadas
- 91 ações ajuizadas



Juíza federal Vanessa Curti (ao centro) com parte da equipe de servidores e colaboradores



Sem a visão do olho direito, Antônio Góes ajuizou ação pedindo auxílio-doença

No descampado aberto entre as propriedades rurais, a estrutura montada para as oito horas de trabalho recebeu centenas de pessoas, que chegaram a pé, de ônibus, em motos ou em carroças. Vieram dos sete assentamentos do Inbra na região, que abrigam cerca de 300 famílias. “Pra nós aqui foi uma grande surpresa. Muitas vezes a gente não tem conhecimento do nosso direito [...] então foi uma alegria imensa a chegada da juíza”, disse o vice-presidente da associação de produtores rurais da região, Sidenei Dalabona.

Parte dos trabalhadores aproveitou a oportunidade para buscar benefícios previdenciários. No total, 115 pessoas foram atendidas. Em um dos casos, o funcionário de uma empresa que presta serviços gerais entrou com pedido de auxílio-doença após o ferrão de um marimbondo, há dez anos, causar a perda total da visão do olho direito. Na mesa improvisada, onde foi atendido por um militar do Exército, Antônio Silveira Góes, 49 anos, demonstrou a simplicidade típica da região, ao ser questionado sobre a expectativa de ganho da causa. “Se Deus abençoar e com a ajuda desse povo que mexe com isso aí eu tenho fé que vou conseguir”, afirmou.

Enquanto as equipes trabalhavam sob a tenda, a poeira e o calor de 35 graus, os servidores do Inbra visitavam os assentados que pleitearam o direito sobre as propriedades. Munido de máquinas fotográficas e fichas de cadastramento, o grupo verificou, *in loco*, a situação agrária dos trabalhadores para dar início aos processos de regularização. No assentamento Santo Antônio, todos os 20 lotes – de 25 hectares cada – estão com os recursos federais para construção de moradia depositados em conta, mas bloqueados devido às pendências.

Enquanto parte dos beneficiários vendeu a terra, o que é proibido, outros abandonaram a parcela motivados pela demora em receber benefícios da reforma agrária. Foi o que aconteceu com o antigo assentado do lote onde, hoje, mora pai, mãe e um bebê de colo visitados pelo Inbra. Na propriedade, Cláudio César Paz, 45 anos, mantém sete cabeças de gado, 13 carneiros, porcos, galinhas e uma pequena horta: produção que garante apenas um salário mínimo por mês. Ao Inbra, o trabalhador, que não escreve mais que o

próprio nome, afirmou morar há três anos no local, após o ex-dono desistir da terra. Garantiu que todas as benfeitorias foram feitas por ele e, por isso, ajuizou ação no AGROJEF, buscando o direito de posse. “Eu preciso ter uma terrinha”, resumiu no tímido discurso.

Com os levantamentos concluídos, o Inbra acionará os antigos proprietários, que terão prazo para apresentar defesa. Depois, os processos serão encaminhados à procuradoria do órgão, encarregada de colocar o ponto final na questão agrária e permitir o repasse dos recursos aos assentados. Para a juíza federal Vanessa Curti, o AGROJEF será essencial nesse trâmite, devido à celeridade dos julgados especiais federais. “Talvez, se a gente não estivesse aqui, essa situação administrativa ainda perdurasse por muito tempo”, observou.

Após o término das atermações nos dois municípios e das centenas de quilômetros percorridos pelas equipes, a idealizadora do projeto destacou o empenho de todos os envolvidos e avaliou como positiva a primeira “empreitada” do projeto. “Pelo menos começamos um trabalho [...] e só o fato de permitir esse acesso já nos deixa satisfeitos porque uma hora o Poder Judiciário vai dar uma resposta e as pessoas terão o problema resolvido”, declarou Vanessa Curti.

No dia 3 de agosto, a magistrada ainda seguiu viagem, por mais 170 km de estrada de chão, até o município de Campo Novo dos Parecis. Lá, visitou a comunidade indígena Utariti, da etnia Halitinã, para se inteirar sobre conflitos com produtores rurais que vieram à tona durante a fase de divulgação do AGROJEF. A juíza federal se comprometeu a encaminhar as questões à Funai, ao Ibama e ao Ministério Público Federal para que sejam tomadas providências no âmbito da conciliação. A terceira fase do AGROJEF – realização de audiências – está marcada para ocorrer nos dias 24 a 28 de setembro. ■



Assusete Magalhães é empossada ministra do STJ

A MAGISTRADA É A SÉTIMA
MULHER A INTEGRAR A CORTE

RICARDO CASSIANO E VERA CARPES

A desembargadora do TRF/1.ª Região Assusete Magalhães foi empossada ministra do Superior Tribunal de Justiça no dia 21 agosto, durante solenidade realizada na sala de sessões do plenário do STJ.

Com a posse, Assusete tornou-se a sétima mulher a integrar aquela corte. Indicada no final de maio pela presidenta Dilma Rousseff, a magistrada ocupa vaga destinada a membros da Justiça Federal após aposentadoria antecipada do ministro Aldir Passarinho Junior.

Para a nova ministra, a solenidade significou um momento de alegria e tristeza: “alegria pela posse que é o coroamento de uma carreira de 28 anos dedicados a magistratura federal, mas por outro lado fica no coração uma tristeza por deixar no TRF da 1.ª Região uma boa parte da minha vida.”

A ministra lembrou a atuação como presidente do TRF/ 1.ª Região no biênio 2006-2008 e as dimensões continentais da Primeira Região, momento em que destacou a implantação dos juzizados itinerantes na região norte do país: “Em alguns estados no Norte, não existem estradas, o acesso se faz por via aérea ou pelos rios [...] O juzizado itinerante foi a alternativa que encontramos para levar a justiça federal de barco até as comunidades ribeirinhas”.

Outra linha de atuação destacada pela magistrada foi a busca de alternativas para dirimir litígios pela conciliação: “Penso que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) ainda não investiu nesta área de conciliação. Acho que é possível



FOTOS: RAMON PEREIRA

Ministra Assusete Magalhães e esposo, Júlio César, ladeados pelo presidente Mário César Ribeiro e pela esposa Teresa Cristina Ribeiro

fazer este trabalho aqui [...] dentro da humildade do meu trabalho, penso que posso contribuir um pouco para a prestação jurisdicional, também, no âmbito deste Tribunal da Cidadania”.

A solenidade de posse mobilizou integrantes do Executivo, como os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça), Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência da República), Fernando Pimentel (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União). A cerimônia também foi prestigiada pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Carlos Ayres Britto, pelos ministros Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski, e pelos ministros aposentados Sepúlveda Pertence e Ellen Gracie.

Homenagens marcam última sessão de Assusete Magalhães no Tribunal

A sessão ordinária da Corte Especial do TRF do dia 16 de agosto marcou a despedida da desembargadora federal Assusete Magalhães. Após quase 19 anos de trabalho no Tribunal, a magistrada encerrou sua participação nas composições da Corte.

Ao fim da sessão, os desembargadores federais direcionaram palavras de reconhecimento e gratidão à colega. Em nome da Corte, o presidente Mário César Ribeiro compartilhou o sentimento “misto de alegria e tristeza”: tristeza pela despedida, mas alegria pela ascensão da futura ministra. “Se engalanam o Poder Judiciário federal e o STJ por receber uma magistrada altamente capaz, de elevado espírito público e caráter irreprensível”, destacou. O vice-presidente Daniel Paes Ribeiro também externou sua satisfação, ao ressaltar a maneira “sempre cordial e amigável” com que foi tratado pela colega.

As qualidades de Assusete Magalhães também foram ressaltadas pelo desembargador federal Olindo Menezes. “Perdemos uma colega ponderada, segura, cuja presença no julgamento é sempre um fator de sustentabilidade”, assinalou. “O STJ terá, no seu quadro, uma pessoa de ponderação, de equilíbrio, de cultura e de capacidade jurídica”, completou Maria do Carmo Cardoso, que frisou a forma leve e tranquila com que Assusete Magalhães presidiu o Tribunal no biênio 2006-2008.

O desembargador federal Reynaldo Fonseca pediu a palavra e elogiou a atuação de vanguarda da ex-presidente na criação do projeto de conciliação do Tribunal, em 2006. Também mencionou a forma diferenciada de encarar cada feito. “Vossa Excelência não se contenta com um simples exame dos autos ou com a feitura da Justiça pelo princípio unicamente da legalidade”, observou.

No mesmo sentido, pronunciou-se a desembargadora federal Neuza Maria Alves. “Sempre respeitei seu modo de agir, seu modo de julgar, seu perfil [...] vou sentir saudade da presença suave de Sua Excelência”, afirmou. “Não tenho dúvidas em dizer que ganha o jurisdicionado, que terá em Vossa Excelência uma juíza correta, de bom-senso e que conhece profundamente a ciência jurídica”, ratificou Ítalo Mendes ao discorrer sobre a ascensão ao STJ.

“Sabemos que Vossa Excelência continuará a trilhar com as mesmas qualidades, com o mesmo brilho, os caminhos que tão bem têm trilhado na sua vida”, compartilhou Moreira Alves, ao desejar sucesso na nova empreitada. Já o colega João Batista Moreira enalteceu a trajetória de Assusete Magalhães, a quem chamou de “figura ímpar” e tratou, de antemão, como membro do STJ. “A ministra Assusete ficará na nossa lembrança [...] continuará nos nossos corações, porque estaremos próximos”.

As homenagens emocionaram a magistrada. No último discurso perante os colegas, Assusete Magalhães classificou como “gratificante” a longa caminhada na Justiça Federal e destacou o bom convívio com magistrados e servidores. “Tenho certeza absoluta de que o trabalho que consegui realizar aqui, notadamente no âmbito da administração do Tribunal, foi com a parceria de todos os meus colegas, dos servidores do Tribunal, do Ministério Público [...] e, por isso mesmo, podem todos ter a certeza de que a 1.ª Região estará chegando ao STJ comigo. Não estarei chegando só”.

A então ministra também reconheceu a responsabilidade de integrar aquela corte: afirmou que não medirá esforços para corresponder a confiança depositada em seu nome. “Chegarei com muita disposição, com muito entusiasmo para o trabalho e com muito comprometimento”, concluiu. ■

HISTÓRICO

Entre os desembargadores federais em exercício no TRF da 1.ª Região, a magistrada era o terceiro membro mais antigo. Foi promovida ao Tribunal, por merecimento, em outubro de 1993. Natural de Serro/MG, Assusete Magalhães é bacharela em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais e graduada em Letras pela mesma instituição. Ingressou na Justiça Federal em setembro de 1984, tendo exercido a função de juíza federal nas seções judiciárias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro.

No TRF, foi presidente da 2.ª Turma, por dois períodos, e, por três biênios, integrou o Conselho de Administração. De 2000 a 2002, ocupou o cargo de diretora da Escola de Magistratura Federal da 1.ª Região (Esmaf). Depois, assumiu a Corregedoria-Geral da Justiça Federal de 1.º Grau da Primeira Região, no biênio 2004-2006. Chegou ao posto mais alto do Tribunal ao tornar-se presidente da Corte, no biênio 2006-2008. Também presidiu a 3.ª Turma e compôs a Corte Especial e o Conselho de Administração do Tribunal.



Sinop ganha segunda vara federal e inaugura nova sede

MEIO MILHÃO DE PESSOAS DEVEM BUSCAR A JUSTIÇA FEDERAL LOCAL

IVANI MORAIS

Depois de seis anos de sua instalação como vara única de competência geral e de juizado especial federal adjunto, a Subseção Judiciária de Sinop, em Mato Grosso, recebeu o reforço de mais uma vara federal no dia 10 de agosto, tendo sido contemplada, ainda, com novas instalações. O presidente do Tribunal Regional Federal da Primeira Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, instalou a 2.ª Vara Federal de Sinop, ao lado do diretor do foro da Seção Judiciária de Mato Grosso, juiz federal Paulo Cezar Alvez Sodré, e do diretor da Subseção Judiciária de Sinop, Charles Renaud Frazão de Moraes. A novidade beneficia a população do município de Sinop e de mais 21 cidades vizinhas, contemplando as demandas de aproximadamente meio milhão de habitantes.

Atualmente, tramita na Vara Federal de Sinop cerca de 10 mil processos, que serão divididos entre as duas varas agora existentes. Ambas julgarão feitos de competência geral e também de juizado especial federal. Na avaliação do presidente Mário César Ribeiro, além da divisão do acervo, que irá desfocar a 1.ª Vara, a instalação da 2.ª Vara trará outras vantagens. "A criação de mais uma vara da Justiça Federal traz inúmeras vantagens em termos de celeridade, sendo também inegáveis os benefícios sociais dela decorrentes", afirmou. "A experiência de funcionamento desta subseção permite prever que o foco principal de sua atuação continuará, por bom tempo, concentrado no julgamento da expressiva quantidade de benefícios previdenciários concedidos à população carente, da área de jurisdição de Sinop", acrescentou o presidente.

Ele apresentou números expressivos que apontam cerca de três mil benefícios concedidos e mais de 14 milhões de reais injetados na área de abrangência do município, desde a instalação da Vara de Sinop em 2006.



Descerramento da placa inaugural da nova vara

Servidores recém-empossados junto ao presidente Mário César e dirigentes do TRF da Seção Judiciária de Mato Grosso e Subseção Judiciária de Sinop



Muito satisfeito com as conquistas da Justiça Federal do estado, o diretor do foro da seccional de Mato Grosso, juiz federal Paulo César Alves Sodré, agradeceu a todos os que contribuíram para a instalação da nova vara federal, destacando a contribuição, entre outros, dos diretores de foro que o antecederam, juízes federais José Pires e Pedro Francisco, e de servidores de Brasília, da seccional e de Sinop. “Há de se perguntar para que tanto trabalho para se instalar uma vara, e a resposta é simples: para atender ao cidadão; para que a Justiça Federal possa cumprir sua missão constitucional de entregar a prestação jurisdicional a contento [...] aplicar o direito ao caso concreto”.

Ele ressaltou, também, o fato de Sinop ser uma cidade marcada pelo pioneirismo, já que foi a primeira a receber uma vara da Justiça Federal no estado, sendo também a única do interior a ter duas varas federais. “Isso não é pouca coisa, nós simplesmente dobramos a capacidade de atendimento da população de Sinop e da grande região com a instalação da segunda vara”, destacou.

O magistrado falou, ainda, dos desafios que ainda estão por vir. “Poderíamos nos dar por satisfeitos, eis que aumentamos o número de juízes, aumentamos o número de servidores e estamos num prédio confortável, mas muito mais há por vir”. Paulo Sodré referia-se à homologação, dias atrás, do projeto de licitação para construção da sede definitiva da Justiça Federal de Sinop. O fato mereceu destaque do presidente Mário César Ribeiro, que, em seu discurso, noticiou: “Nem bem acabamos de inaugurar esta sede, e já contamos com a certeza de que foi sancionada, em 6 de março deste ano, a lei municipal 1.625, formalizando doação de terreno para fins de construção da sede definitiva da Justiça Federal nesta cidade”. O presidente assegurou que já há previsão orçamentária no valor de um milhão para o início das obras.

Para o diretor da Subseção Judiciária de Sinop, juiz federal Charles Renaud Frazão de Moraes, as perspectivas para a Justiça Federal na região são bastante positivas. “Nós temos bom relacionamento com todas as instituições [...] e toda condição de clima e ambiente para desenvolver nosso trabalho para alcançar prestação jurisdicional ágil e com qualidade”. E arrematou: “Fico satisfeito em dizer e comunicar que a população de Sinop está agora servida de uma justiça cada vez mais estruturada, mais rápida e com mais possibilidade de fazer e de alcançar o que a gente deseja, que é o direito justo, não aquele direito mecânico, frio, a nota fria da lei, mas um direito em que a justiça mesmo, na acepção filosófica da palavra, seja resgatada e alcançada”.

SOLENIIDADE



RAIMON PEREIRA

Compuseram o dispositivo de honra, ainda, o deputado federal Nilson Leitão; o representante – secretário de trânsito – do prefeito de Sinop Valdir Favaretto; o comandante regional do 4.º Batalhão do Corpo de Bombeiros Militar, Giovani Eggers; o representante, do presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 23.ª Região, Willian Ribeiro; o representante, do diretor do fórum de Sinop, juiz de direito Mirko Gianote; o juiz federal Murilo Mendes; o representante do Ministério Público, procurador da República Adriano Fernandes; e o vice-presidente da OAB, seccional de Mato Grosso, Maurício Aude.

A solenidade foi prestigiada por diversas autoridades do cenário jurídico e político nacional e regional, entre elas o vice-diretor da SJMT, juiz federal Pedro Francisco da Silva; o juiz federal em auxílio à Presidência, Marcus Augusto de Souza; a juíza federal Raquel Chiarelli; magistrados da seccional de Mato Grosso; membros do Ministério Público Federal e Estadual; membros da AGU; membros e representantes da OAB e da Polícia Federal; além do diretor-geral do TRF/ 1.ª Região, Roberto Cavalcante, do secretário-geral, Paulo Cardoso de Oliveira, do presidente da Comissão de Novas Varas, Carlos Frederico Bezerra, da diretora da Secad/MT, Maria Cecília Custódio, e de outras autoridades civis e militares, familiares e convidados.

À frente da nova vara estará a juíza federal Raquel Chiarelli, que assumirá o posto de titular no mês de outubro. Até lá, responderá pela titularidade da nova vara federal o juiz federal substituto Murilo Mendes, auxiliado por 14 novos servidores empossados momentos após o término das solenidades.

Para adotar providências relativas à redistribuição de processos para a 2.ª Vara Federal de Sinop, o expediente externo nas duas varas, 1.ª e 2.ª, foi suspenso no período de 10 a 21 de agosto de 2012, assim como os prazos processuais, sendo resguardados a apreciação de ações, os procedimentos e as medidas de urgência. ■

Encontro de núcleos de conciliação reúne coordenadores de todo o Brasil

RESULTADOS DA SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO DE 2011 SÃO APRESENTADOS DURANTE EVENTO

THAINÁ SALVIATO

O desembargador federal Reynaldo Fonseca, coordenador-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região, participou, no dia 13 de agosto, do II Encontro Nacional dos Núcleos de Conciliação, que reuniu coordenadores dos núcleos permanentes de métodos consensuais de solução de conflitos de tribunais de todo o país. O evento, realizado na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF), em Brasília, teve por objetivo apresentar os resultados da Semana Nacional de Conciliação de 2011 e o regulamento do III Prêmio Conciliar é Legal, além de debater a estratégia de organização e divulgação da Semana Nacional de Conciliação 2012.

Na ocasião, foram feitas três reuniões: uma com os representantes da Justiça Estadual e da Justiça do Trabalho, uma com os representantes da Justiça Federal e outra com assessores de comunicação.

Durante o encontro também foi apresentado um balanço da última edição da Semana Nacional de Conciliação, em que foram efetuadas 349.613 audiências, resultando em 168.840 acordos e mais de um bilhão de reais em movimentação financeira. Desde a criação do evento, já foram firmados mais de 750 mil acordos, o que beneficiou aproximadamente três milhões de pessoas. "Os acordos representam 0.7% dos processos em andamento hoje, o que mostra que a conciliação não deve ser um esforço concentrado em uma só semana; precisa ser uma atividade perene, pois se fosse realizada durante todo o ano, alcançaríamos a marca de 30% de redução", ressaltou o conselheiro Vasi Werner.



O coordenador do comitê gestor do "Conciliar é Legal", conselheiro José Neves Amorim, lembrou que a criação dos núcleos pelos tribunais brasileiros foi determinada pelo CNJ por meio da Resolução n.º 125, de novembro de 2010, e que para cumpri-la é preciso a colaboração de todas as cortes. "Nós trabalharemos para cumprir a resolução e, para isso, pedimos que os tribunais instalem seus núcleos, o que ajudará na redução significativa do número de processos em andamento", ratificou Neves Amorim, que lembrou, ainda, que o CNJ fará inspeções, inicialmente nos tribunais que ainda não possuem núcleo. O conselheiro também



NELSON JUNIOR/STF



Encontro propõe maior integração e comunicação entre os núcleos do País

destacou que a política de conciliação desenvolvida pelo judiciário brasileiro tem sido elogiada fora do Brasil: “países como Espanha, Turquia e França já demonstraram interesse em conhecer e utilizar nosso projeto, o que retrata a excelência do nosso trabalho em conciliação, que, acredito firmemente, ser o futuro da justiça brasileira”. Neste ano, a Semana Nacional de Conciliação acontecerá de 7 a 14 de novembro, e Neves Amorim destacou a importância do trabalho integrado: “o intuito é que a justiça brasileira trabalhe unida, servindo como estímulo para que o processo de conciliação e mediação se estenda durante todo o ano.

Precisamos mostrar ao cidadão que a Justiça é um parceiro e que a conciliação veio para buscar soluções”.

O regulamento do III Prêmio Conciliar é Legal também foi tema do encontro. A conselheira Adriana Sena apresentou o documento que, para essa edição, estabelece os temas “Justiça Cidadã, sociedade mais justa” e “Eficiência das estruturas da conciliação e mediação”. As inscrições para o prêmio estarão abertas no período de 30 de agosto a 29 de setembro.

O conselheiro André Gomma falou da importância da integração e comunicação entre os núcleos de conciliação de todo o país e das iniciativas de capacitação. “Estamos progredindo de forma descentralizada, ou seja, não é o CNJ que está apresentando todas as soluções, os tribunais estão apresentando propostas e soluções muito ricas”, afirmou Gomma. Ele lembrou que, ainda em 2012, o CNJ realizará três treinamentos para formação de instrutores, com o objetivo de atingir a meta de 150 instrutores de conciliação em todo o Brasil. Para 2013 essa meta deve ser aumentada.

O encontro com os coordenadores foi promovido pelo comitê gestor do movimento Conciliar é Legal, criado pelo CNJ em 2006 para fomentar a resolução de litígios por via extrajudicial e judicial. O evento contou, ainda, com a participação da juíza federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas, coordenadora do núcleo de conciliação da Seção Judiciária do Distrito Federal e integrante da Comissão Técnica e Consultiva do Núcleo Central de Conciliação. ■

Tribunal discute metas definidas pelo CNJ

NA REUNIÃO FOI APRESENTADO UM BALANÇO DAS METAS ESTIPULADAS PARA 2012 E PARA OS TRÊS ANOS ANTERIORES



MAURO PITTINI

▼ RICARDO CASSIANO

O presidente do TRF da 1.^a Região, desembargador federal Mário César Ribeiro, abriu, no dia 17 de agosto, a primeira reunião da nova Administração para tratar do cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No fim do ano passado, o conselho aprovou cinco metas nacionais do Poder Judiciário e outras duas específicas para a Justiça Federal. Os objetivos são traçados anualmente, desde 2009, com a finalidade de dar mais agilidade aos julgamentos e aperfeiçoar a gestão dos tribunais.

Durante o encontro, a diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag/Diges), Bárdua Tupy, apresentou um balanço das metas estipuladas para 2012 e para os três anos anteriores. Das 11 metas de 2009 a 2011 que estão sendo acompanhadas pelo CNJ, apenas quatro não foram totalmente cumpridas. As principais – meta 2 de 2009 e 2010 –, que tratam do julgamento de todos os processos protocolizados até o fim de 2005 e 2006, estão 84% e 88% atendidas, respectivamente, na Primeira Região.

Metas de 2012 – Com relação aos objetivos traçados para 2012, o Tribunal cumpriu 92% da meta 1, que prevê o julgamento de mais processos que o total distribuído no mesmo ano. No primeiro grau, que atingiu 91%, a Seção Judiciária do Amapá ficou com o melhor desempenho entre as seccionais, com 184%.

A meta 4, que trata da instituição do Núcleo de Cooperação Judiciária – espaço de troca de informações entre juízes –, está na fase final de implantação no Tribunal. O juiz federal em auxílio à Presidência, Carlos Augusto Pires Brandão, assumirá a função de juiz de cooperação, responsável, essencialmente, por ajudar magistrados de outras cidades a ter ofícios e cartas precatórias atendidas com mais rapidez. Para dar cumprimento integral à meta 3, sobre divulgação de informações processuais pela internet, a Primeira Região depende, apenas, da disponibilização do inteiro teor de decisões por parte das seções judiciárias.

Específica para a Justiça Federal, a meta 10 de 2012 também vem sendo cumprida pela Primeira Região. O obje-



tivo é designar 10% a mais de audiências de conciliação, na comparação com 2011. Até o dia 14 de agosto, mais de 7 mil audiências foram marcadas, representando 78% do total. “Certamente, superaremos a meta”, afirmou o desembargador federal Reynaldo Fonseca, coordenador do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1.ª Região (SistCon). Na qualidade de gestor estratégico da meta 10, o magistrado prevê um ganho significativo no número de audiências durante a Semana Nacional de Conciliação, marcada para novembro de 2012. O cumprimento da segunda meta específica, a meta 11, sobre a implantação da gestão por processos de trabalho, será iniciado pela desembargadora federal Neuza Alves.

Resultado – Durante a reunião, os magistrados e servidores presentes discutiram meios de aprimorar procedimentos para dar cumprimento às metas ainda pendentes. Por sugestão do desembargador federal I’talo Mendes, uma equipe deverá iniciar uma análise aprofundada da situação operacional de cada unidade do Tribunal, para

que se efetivem metodologias de trabalho mais adequadas aos objetivos propostos pelo CNJ. O Cenag também se dispôs a encaminhar um relatório a cada desembargador, informando a situação do gabinete diante das metas. “O Tribunal encontra-se empenhado em dar cumprimento às diretrizes traçadas pelo Conselho Nacional de Justiça”, reforçou o presidente Mário César Ribeiro.

Participaram do encontro os membros efetivos da Subcomissão de Metas da Justiça Federal, no âmbito do TRF da 1.ª Região, desembargador federal I’talo Mendes e juiz federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa; os gestores estratégicos de metas, desembargadores federais Kassio Marques, Reynaldo Fonseca e Neuza Alves, e juiz federal em auxílio à Presidência, Carlos Augusto Pires Brandão; os diretores da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Roberto Petruff, da Coordenadoria de Execução Judicial (Corej), Leila Maria Moreira, da Secretaria Judiciária (Secju), Rosana Monori, e da Divisão de Projetos Organizacionais e Apoio à Gestão (Diget/Cenag), Mariana Gomide. ■



Presidente e comitiva visitam canteiro de obras da nova sede

COM UMA ÁREA TOTAL DE 168.866 M², A PREVISÃO É QUE, EM 2013, TENHA INÍCIO A ÚLTIMA ETAPA DA CONSTRUÇÃO

THAINÁ SALVIATO

O presidente do TRF da 1.^a Região, Mário César Ribeiro, visitou, no dia 3 de agosto, a obra da nova sede do Tribunal, acompanhado do juiz federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa; do diretor-geral, Roberto Elias Cavalcante; do secretário-geral, Paulo Cardoso; do diretor da Secretaria de Administração (Secad), Luiz Mauricio Penna da Costa; da diretora da Secretaria de Controle Interno (Secoi), Ionice de Paula Ribeiro; do diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin), Roberto Petruff; e do assessor especial da Presidência, Mário Júlio Pereira da Silva.

Os visitantes foram recebidos pela Comissão de Fiscalização da obra e assistiram à apresentação do andamento das atividades da construção. A equipe de operários, hoje composta por 660 funcionários, está trabalhando na quinta laje do bloco A e na primeira laje do primeiro pavimento do bloco C – previsto para ser finalizado em novembro. Os engenheiros responsáveis também já iniciaram a etapa de movimentação de terra para que o ritmo da construção não seja afetado com a chegada do período das chuvas. A previsão é que, no início de 2013, os blocos A e D estejam prontos.

O presidente Mário César Ribeiro destacou que o projeto se desenvolve em ritmo bom, o que se deve também à atuação da equipe da Comissão de Fiscalização, que possui experiência em obras desse porte, como a da sede do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). “Até hoje está tudo correndo dentro do planejado; a obra está adiantada, e nós temos recursos para terminar três blocos (A, C e D) até o início do

próximo ano”, afirmou o presidente.

Essa foi a primeira vez que o juiz federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa, visitou a obra. Ele se mostrou impressionado com a grandiosidade das instalações: “é um projeto muito animador, que vai melhorar as condições de trabalho de magistrados, servidores e prestadores de serviços, o que vai refletir positivamente no serviço prestado ao jurisdicionado”.

O diretor-geral do Tribunal, Roberto Elias Cavalcante, destacou que o andamento da obra está adiantado e que a intenção é intensificar ainda mais o ritmo. “O cronograma está 1,34% adiantado, o que significa 22 dias úteis em relação ao prazo total previsto para a conclusão da obra”, ratificou o diretor. O secretário-geral, Paulo Cardoso, também destacou a celeridade com que o projeto está sendo realizado: “vendo a grandiosidade desse projeto e tudo o que já foi feito, me sinto otimista e muito satisfeito. Acredito que temos motivos para comemorar e, quem sabe, pensar na conclusão da obra antes do tempo previsto”.

Já o diretor da Secad, Luiz Mauricio Penna da Costa, acredita que ainda é cedo para pensar em antecipação dos prazos, mas também destacou que as atividades estão adiantadas. “A execução do projeto está dentro do previsto, e esperamos concluir dois blocos até o fim deste ano e início de 2013”, completou.

Com uma área total de 168.866 m², a previsão é que, em 2013, tenha início a última etapa da construção, que consiste nos trabalhos de alvenaria e de acabamento, de instalações prediais e de equipamentos. O cronograma prevê a inauguração da nova sede em 2015. ■

CJF aprova proposta orçamentária da Justiça Federal para 2013

R\$ 5,8 BILHÕES SERÃO DESTINADOS A DESPESAS COM PESSOAL

JAIR CARDOSO

Em sessão plenária extraordinária realizada no dia 6 de agosto, o Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou a proposta orçamentária do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e de segundo grau. O orçamento prevê R\$ 110 milhões para a continuidade da construção do edifício-sede do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região. Para o presidente da Corte, desembargador federal Mário César Ribeiro, “esses recursos são da maior importância”.

A proposta orçamentária também prevê a destinação de R\$ 5,8 bilhões para despesas com pessoal; R\$ 944 milhões para despesas com manutenção das unidades da Justiça Federal; R\$ 422 milhões para pagamentos dos benefícios assistenciais; R\$ 142 milhões, de despesas com assistência jurídica a pessoas carentes; R\$ 236 milhões para projetos, entre os quais a instalação de 46 varas federais.

A sessão do CJF também aprovou proposta de resolução que dispõe sobre a implantação das turmas recursais permanentes dos Juizados Especiais Federais, criadas pela Lei n.º 12.665, de 13 de junho de 2012. Um dos pontos mais importantes da Resolução versa sobre a localização das turmas recursais. Sobre essa questão, ficou definido que “a instalação das Turmas Recursais fora de capital depende de autorização do CJF”.

Por unanimidade, o pleno aprovou a proposta de alteração da Resolução n.º 187, de 10 de fevereiro, que dispõe sobre o modelo de contratação de solução de tecnologia da informação da Justiça Federal no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e de segundo grau. Pela proposta, o prazo para a contratação

foi prorrogado por mais seis meses.

Participaram da sessão os ministros Ari Pargendler (presidente), Felix Fischer (vice-presidente), João Otávio de Noronha (corregedor-geral da Justiça Federal), Teori Zavaski (membro efetivo), Castro Meira (membro efetivo); os desembargadores federais Mário César Ribeiro (presidente do TRF/ 1.ª Região), Maria Helena Cisne (presidente do TRF/ 2.ª Região), Newton De Lucca (presidente do TRF/ 3.ª Região), Marga Inge Barth Tessler (presidente do TRF/ 4.ª Região) e Paulo Roberto de Oliveira Lima (presidente do TRF/ 5.ª Região). Compuseram a mesa, ainda, o representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Marcus Vinicius Furtado Coêlho, e o presidente da Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Nino Toldo. ■



BETO NOCITTI

Proposta orçamentária aprovada na sessão prevê verba para a nova sede

Tribunal sedia sessão de julgamento da Turma

DESEMBARGADORA NEUZA ALVES PRESIDE O PRIMEIRO ENCONTRO COMO COORDENADORA DOS JEFs

RICARDO CASSIANO

Com a participação dos presidentes das 16 turmas recursais dos Juizados Especiais Federais (JEFs) da 1.ª Região, foi realizada, na manhã do dia 17 de agosto, a segunda sessão de julgamento da Turma Regional de Uniformização (TRU), no plenário do TRF, em Brasília.

Essa foi a primeira sessão presidida pela desembargadora federal Neuza Alves, que assumiu a coordenação dos Juizados Especiais Federais no dia 28 de maio. A magistrada destacou que tal exercício é a concretização do sonho de “trabalhar junto, de mãos dadas, com um grande grupo, por um grande ideal, que é a prestação do serviço para o Juizado Especial Federal – que atende a população de baixa renda –,

para os despossuídos, as pessoas que não têm oportunidade de ter um acesso amplo à justiça”. E convidou a todos os coordenadores de turmas recursais a participarem, juntos, desse trabalho: “Nada se realiza sozinho, conto com a colaboração de todos vocês”.

O juiz federal Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho, da Turma Recursal do Piauí, enfatizou a importância do encontro que reúne todas as turmas recursais dos 13 estados que integram a 1.ª Região e do Distrito Federal. Ele falou do papel e da importância desse órgão colegiado, cuja função é uniformizar a jurisprudência, fazer que as decisões nos Juizados Especiais Federais da 1.ª Região sejam uniformes. “Isto é de suma im-



Regional de Uniformização

portância, especialmente pelo princípio da isonomia de quem vem à Justiça; não tem sentido ter o cidadão um tratamento diferenciado, a depender do estado que está julgando”. E arrematou: “A nossa função é exatamente esta: defender a isonomia e uniformizar a jurisprudência, nos adequando à jurisprudência maior, que é do STJ; aplica-se, aqui, o que já foi decidido no STJ.”

Estiveram presentes os magistrados Régis de Souza Araújo – Turma Recursal do Acre; Maria Lúcia Gomes de Souza – Turma Recursal do Amazonas; Valter Leonel Coelho Seixas – 1.ª Turma Recursal da Bahia; Karin Almeida Weh de Medeiros – 2.ª Turma Recursal da Bahia; Alexandre Vidigal de Oliveira – Turma

Recursal do Distrito Federal; Luciana Laurenti Gheller – Turma Recursal de Goiás; Jéferson Schneider – Turma Recursal de Mato Grosso; Ivo Anselmo Hohn Junior – Turma Recursal do Maranhão; Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves – 1.ª Turma Recursal de Minas Gerais; José Henrique Guaracy Rebelo – 2.ª Turma Recursal de Minas Gerais; Vânia Cardoso Andre de Moraes – 3.ª Turma Recursal de Minas Gerais; Carina Cátia Bastos de Senna – Turma Recursal do Pará; Derivaldo de Figueiredo Bezerra Filho – Turma Recursal do Piauí; Herculano Martins Nacif – Turma Recursal de Rondônia; Leandro Saon Conceição Bianco – Turma Recursal de Roraima e Waldemar Cláudio de Carvalho – Turma Recursal do Tocantins. ■



Primeira Região promove 1.º Encontro de Estagiários

PARCERIA COM O CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA VISA
AO APERFEIÇOAMENTO DOS FUTUROS PROFISSIONAIS

▼ LUIZA NOVETTI /MC

A Secretaria de Recursos Humanos (Secre), em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), realizou, no dia 23 de agosto, no Salão Nobre, o 1.º Encontro dos Estagiários do TRF/ 1.ª Região. O evento, que foi organizado em comemoração do Dia do Estagiário, 18 de agosto, foi transmitido por videoconferência para os estagiários da Primeira Região.

O diretor em exercício da Secretaria de Recursos Humanos (Secre), Elvécio Souto, proferiu a palestra de abertura sobre a importância do estágio para a carreira do estudante. “Esta experiência trará bons frutos para vocês, tornando-os melhores estudantes e conseqüentemente, melhores profissionais”, afirmou Elvécio.

“Postura Profissional” foi o tema do encontro. Na ocasião, a administradora de empresas Elaine Larissa, assistente técnica de estágio do CIEE, abordou temas como: etiqueta profissional e a importância da comunicação. Elaine falou ainda sobre a importância de uma boa apresentação pessoal para construir uma imagem profissional mais sólida e concreta.

Para Paulo Vinícius Ribeiro do Nascimento Barbosa, a palestra foi interessante para reforçar as normas do Tribunal, o regimento interno, a postura e o comportamento profissional vivido e cobrado diariamente no TRF. O estudante de Publicidade e Propaganda, em Brasília, começou como estagiário de nível médio em 2009, na Divisão de Cadastro de Pessoal (Dicap), onde ficou apenas seis meses. Em 2011, voltou para o TRF como estagiário da Assessoria de Representação e Programa Social

(Asrep), onde ingressou como estagiário do atual curso. “Não tenho palavras para descrever o quanto aprendi na Asrep. Eles me ensinaram tanto que eu acabei me apaixonando pela área, onde pretendo atuar depois de me formar”, revela.

Paulo é um exemplo de ex-estagiário que aproveitou ao máximo a oportunidade que o estágio oferece. Recentemente foi contratado e se tornou um prestador de serviço. Agora trabalha na Presidência do TRF como mensageiro e se declara “sem palavras” por ter conseguido subir mais esse degrau em sua carreira e por estar construindo uma carreira dentro do Tribunal.





Nas seccionais, seguem os contatos dos responsáveis por sanar dúvidas ou responder a questionamentos sobre o tema:

SECCIONAL	CÓDIGO	DDD	TELEFONE	SUPERVISOR(A) SEDER
Acre	21	68	3214-2024	Francisca Baima Carvalho
Amapá	14	96	3214-1515	Maria de Fátima A. B. Barros
Amazonas	14	92	3612-3311	Mônica Santos Assayag
Bahia	14	71	3617-2602/2609/9280	Ana Virgínia Motta Lavigne de Lemos
Distrito Federal	21	61	3221-6324	Danila Muniz Pinto
Goiás	21	62	3226-1563	Roseliane Bernardes
Maranhão	14	98	3214-5743	Joseane Zacharias Marques
Mato Grosso	21	65	3614-5758/9982-4262	Otília Fernandes Alencastro
Minas Gerais	14	31	2129-6513/6515	Renata Lúcia Pimenta Andrade
Pará	14	91	3299-6173/3223-6003	Roselene Martins de Melo
Piauí	14	86	2107-2867/9924-1962	Maria Dinorá Nunes Teles
Rondônia	21	69	3211-2428	Joana D'Arc Moura Silva do Amaral
Roraima	14	95	2121-4274	Tyara Paula Plácida Level
Tocantins	21	63	3218-3855	Cynthia de Nazaré Vaz Salbe

Na ocasião, o Manual do Estagiário da Justiça Federal da 1.ª Região foi apresentado para os participantes. A publicação foi elaborada pela Divisão de Desenvolvimento e Avaliação de Recursos Humanos (Direh/Secre) e tem como objetivo explicar os procedimentos básicos e esclarecer dúvidas sobre a atividade de estágio no TRF

em toda a Primeira Região.

A publicação traz também explicações sobre valor da bolsa-estágio, atestado médico, auxílio-transporte, horários e faltas. Quem ainda tiver alguma dúvida sobre os direitos e deveres dos estagiários poderá saná-la com a equipe da Direh, pelo telefone (61)3314-3934. ■

Presidente recebe projeto de organização da Justiça Federal de 1.º e de 2.º grau

PROJETO PROPÕE INOVAÇÕES, COMO A CRIAÇÃO DE UM NÚCLEO DE JUÍZES FEDERAIS NAS CAPITALS PARA AUXILIAR NOS TRABALHOS DO TRF

THAINÁ SALVIATO

Os integrantes da comissão do TRF da 1.ª Região responsável pelo desenvolvimento de estudos e elaboração de proposta para a organização da Justiça Federal de 1.º e de 2.º grau entregaram, no dia 22 de agosto, ao presidente do Tribunal, Mário César Ribeiro, o texto do novo projeto (foto). O documento foi entregue durante reunião ocorrida no gabinete da Presidência, com a participação da presidente da comissão, desembargadora federal Mônica Sifuentes; dos juízes federais Marcos Vinícius Reis Bastos, Alexandre Vidigal de Oliveira e Tales Krauss Queiroz; dos juízes federais em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa e Carlos Augusto Pires Brandão, e da assessora técnica e diretora do Centro de Estudos e Apoio à Gestão Organizacional (Cenag), Bárdua Tupy.

O documento foi elaborado a partir de sugestões de desembargadores e juízes federais com o objetivo de atualizar a Lei 5.010, de 1996, que organiza a Justiça Federal atualmente. “Essa proposta que elaboramos não é revolucionária, mas apresenta ideias concretas e viáveis. Disciplinamos o que faltava para reforçar a identidade da Justiça Federal e a autonomia dos tribunais”, destacou Mônica Sifuentes.

Para o presidente Mário César Ribeiro, reforçar a autonomia dos tribunais é um dos principais pontos na tarefa de organizar a Justiça Federal: “é muito importante estabelecer essa autonomia para destravar a administração. Os conselhos têm que atuar em questões mais abrangentes, como as necessidades de aperfeiçoamento e gestão de recursos, enquanto as

questões do dia a dia devem ser resolvidas pelos tribunais, que conhecem bem as especificidades de cada região”, afirmou.

O projeto propõe inovações, entre elas a criação de um núcleo de juízes federais nas capitais para auxiliar nos trabalhos do TRF e atender a demandas como mutirões e férias de juízes. Prevê também a criação de uma secretaria única com um conjunto de varas para atender a serviços cartorários básicos, além de regulamentar a questão da competência delegada (prevista na Constituição, no art. 109, parágrafo 3.º), para que essa competência possa ser repassada às turmas recursais. O documento também trata de critérios de promoção, remoção e permuta de juízes federais. Embora sejam procedimentos permitidos pela Constituição, ainda não foram disciplinados.

O juiz federal em auxílio à Presidência, Marcos Augusto de Sousa, elogiou o trabalho desenvolvido pela Comissão. “O processo de formação de uma lei é complexo, e o caminho ainda será longo, mas tenho certeza de que muitas das sugestões apresentadas nessa proposta veremos no texto final, pois tratam do interesse público com soluções que podem, principalmente para a primeira instância, modernizar o funcionamento da prestação de serviço e intensificar a autonomia dos tribunais, o que é muito importante para a justiça federal”, declarou Marcos Augusto.

O documento será entregue aos magistrados do Tribunal para análise e sugestões. ■





O DIA A DIA DE UMA RECESSÃO

Oito em cada dez espanhóis dizem ter mudado seus hábitos de consumo por causa da recessão e do aumento do desemprego, que atinge um em cada quatro trabalhadores. A rotineira ida ao supermercado é outro exemplo. As marcas próprias das redes ganharam apelo graças aos preços baixos, em detrimento de mercadorias de fabricantes tradicionais. É um comportamento similar ao dos brasileiros no passado, em tempos de colapso econômico.

Revista Veja
22/agosto/2012

EFEITO DE 30 OU 60 MINUTOS DE EXERCÍCIOS É O MESMO

Trinta minutos de exercícios diários são tão efetivos na redução de peso e de massa corporal quanto 60 minutos, segundo um estudo dinamarquês. Participantes que fizeram 30 minutos de exercícios diários perderam 3,6 quilos em três meses. A pesquisa foi feita pela Universidade de Copenhague.

www.terra.com.br
24/agosto/2012

SENADO APROVA PROJETO QUE DOBRARÁ COTAS NAS FEDERAIS

O Senado aprovou, no dia 7 de agosto, projeto que reserva, por dez anos, metade das vagas das universidades federais e das escolas técnicas a alunos que cursaram todo o ensino médio em colégios públicos. O texto segue agora para sanção da presidente. O total de vagas destinadas às cotas nas federais vai mais do que dobrar. Atualmente, são 52.190. Com o projeto, passarão para 122.131. Todas as vagas reservadas deverão ser prioritariamente preenchidas por negros, pardos ou índios. A divisão deve considerar o tamanho dessas populações em cada um dos estados, de acordo com os dados do IBGE.

Folha de São Paulo
8/agosto/2012

TELES NÃO PODERÃO COBRAR NOVA CHAMADA TELEFÔNICA

Para tentar equilibrar as cobranças nos planos ilimitados de telefonia móvel, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) vai proibir as operadoras de cobrarem por novas chamadas para um mesmo número se a ligação cair. A medida vem uma semana depois de o Ministério Público do Paraná ter divulgado um relatório de fiscalização nas agências que acusava a TIM de derrubar intencionalmente a ligação dos clientes do Plano Infinity para cobrar uma nova chamada.



O Globo
18/agosto/2012

STF CONDENA PETISTA POR CORRUPÇÃO

Por oito votos a dois, os ministros do Supremo Tribunal Federal condenaram o primeiro político envolvido no escândalo do mensalão. O deputado João Paulo Cunha (PT-SP), um dos principais nomes do primeiro governo Lula, quando se elegeu presidente da Câmara dos Deputados, foi condenado por corrupção passiva e peculato (desvio de dinheiro por servidor público). Ele recebeu R.\$50 mil do empresário Marcos Valério, que obteve um contrato publicitário com a Câmara.

Estadão.com
30/agosto/2012



Introspecção paradigmática

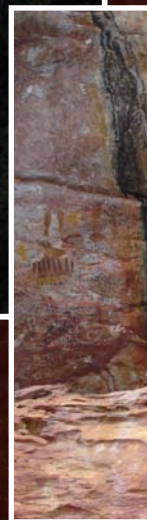
▼ BRUNO BANDEIRA/ MC

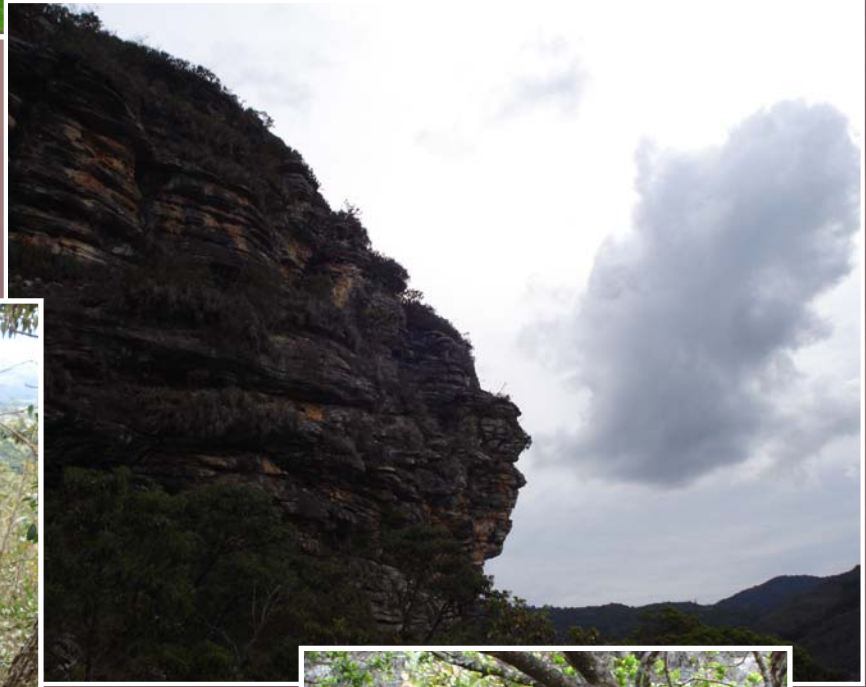
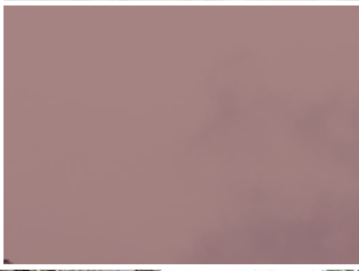
Cristina Flores Garcia gosta de escrever poesia a partir da visualização de imagem fotográfica. A primeira produção foi em 1999. “Eu fotografei uma menina no bairro da Ribeira, em Salvador. Naquele momento eu achei-a tão linda e tão poética que não tive dúvidas, sentei e escrevi”.

A servidora do TRF/ 1.ª Região há 17 anos, atualmente lotada na Taquígrafia, prefere fotografar a natureza, acha nobre imortalizar a plenitude da criação. Gosta de eternizar momentos, parafraseando Rubem Alves sob a óptica de Gaston Bachelard.

Seu processo de externar sentimentos tanto na poesia quanto na foto acontece em um momento “único”. Sua mente inquieta é bombardeada por ideias que logo se concretizam em palavras, depois que as fotos são reveladas. Cristina entende que a alma precisa constantemente se reinventar: “Gosto de me sentir viva, precisando me modificar a todo instante e transformar o meio em que vivo. Acredito na possibilidade de melhorar o ambiente ao meu redor”. ■

Contato: Cristina.garcia@trf1.jus.br







CRIME ORGANIZADO E ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Podemos conceituar a organização criminosa como a associação estável de três ou mais pessoas, de caráter permanente, com estrutura empresarial, padrão hierárquico e divisão de tarefas, que, valendo-se de instrumentos e recursos tecnológicos sofisticados, sob o signo de valores compartilhados por uma parcela social, objetiva a perpetração de infrações penais, geralmente de elevada lesividade social, com grande capacidade de cometimento de fraude difusa, pelo escopo prioritário de lucro e poder a ele relacionado, mediante a utilização de meios intimidatórios, como violência e ameaças, e, sobretudo, o estabelecimento de conexão estrutural ou funcional com o Poder Público ou com algum(ns) de seus agentes, especialmente via corrupção – para assegurar a impunidade, pela neutralização da ação dos órgãos de controle social e persecução penal –, o fornecimento de bens e serviços ilícitos e a infiltração na economia legal, por intermédio do uso de empresas legítimas, sendo ainda caracterizada pela territorialidade, formação de uma rede de conexões com outras associações ilícitas, instituições e setores comunitários e tendência à expansão e à transnacionalidade, eventualmente ofertando prestações sociais a comunidades negligenciadas pelo Estado. E crime organizado denota o tipo de macrocriminalidade perpetrada pela organização criminosa (ver FERRO, Ana Luiza Almeida. *Crime organizado e organizações criminosas mundiais*. Curitiba: Juruá, 2009. p. 494-499).

Por consequência, o criminoso em questão não é somente aquele do tipo “Poderoso Chefão”, o traficante de drogas com negócios em várias favelas ou o assassino impedido a seu serviço, mas também qualquer outra figura que integre uma organização criminosa, a exemplo de um criminoso de colarinho branco, de uma autoridade pública participante de esquemas de corrupção, desvio de dinheiro público e outros delitos no Poder Público e de um político

envolvido com as milícias.

Entre as mais famosas organizações criminosas estrangeiras, figuram as máfias siciliana (italiana) e americana, a Camorra, a ‘Ndrangheta e a Sacra Corona Unita (as três últimas também italianas), a Organizacija (russa), as tríades chinesas, a Yakuza (japonesa) e os cartéis mexicanos, todas transnacionais, em maior ou menor grau.

No Brasil, estão no rol das organizações criminosas mais conhecidas o Comando Vermelho (CV), o Terceiro Comando (TC), a Amigos dos Amigos (ADA), as três com sede no Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), sediada em São Paulo.

Não há, no ordenamento jurídico brasileiro, tipificação penal específica do fenômeno do crime organizado. O Código Penal pátrio conserva, em seu art. 288, o tradicional tipo da “quadrilha ou bando” – expressão esta, sem dúvida, ultrapassada –, aplicável não apenas às associações ilícitas em geral, mas também às organizações criminosas.

Simplificadamente, existem dois modelos legislativos para a repressão às organizações criminosas (ver *ibidem*, p. 597-602), um que busca efetivamente definir ou caracterizar tipicamente o que seja uma organização criminosa, lançando mão de conteúdos sociológicos e criminológicos, e outro que prioriza o critério dogmático para o tratamento típico do fenômeno. No primeiro grupo, está o art. 416 *bis* do Código Penal italiano; no segundo, podem ser mencionados, por ilustração, o § 129 do Código Penal germânico, o art. 450-1 do diploma francês, o art. 299.º do estatuto português e o próprio art. 288 do Código Penal brasileiro, todos centrados na figura genérica da associação ilícita, com variações terminológicas.

Pensamos que todo fenômeno delitivo pode e deve ser descrito “pelo que é”, não sendo “o que faz” suficiente para a sua caracterização, dentro ou fora das trincheiras da

tipicidade. Não é possível a identificação do que seja uma organização criminosa pelos ilícitos penais que promove ou objetiva promover. A Criminologia é um instrumental necessário para a definição e caracterização típica do crime organizado e das organizações criminosas, reconhecida-mente um fenômeno sociológico e, particularmente, criminológico. É nesse sentido a nossa preferência pelo modelo de orientação sociológica, com reverência aos princípios constitucionais (ver, a propósito, GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. *Crime organizado: enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal*. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997. p. 98-99).

O caminho jurídico, é certo, não tem o condão de conduzir a soluções mágicas para o bem sucedido controle do crime organizado. Não olvidemos que o Direito penal é e deve ser condizentemente tratado como a *ultima ratio* do controle social, não a primeira. Nem tampouco possuem tal poder quaisquer medidas e estratégias administrativas ou políticas que mirem, pela via repressiva, à mera e completa erradicação do problema. O crime organizado, como o crime em geral, pode ser controlado, contudo não totalmente erradicado, sob as condições sociais, econômicas, políticas e culturais hodiernamente conhecidas, até pela possibilidade, sempre presente, de que, embora venha a ser sistemática e eficazmente arrostado, assuma novos aspectos, guardando velhos traços, sem implicar, portanto, o seu cabal desaparecimento.

De qualquer modo, não nos é dada a alternativa de baixar a guarda, caso algum dia chegemos a imaginá-lo “sob controle”, à maneira de uma serpente aprisionada, cuja maior parte do veneno haja sido extraída, pois essa serpente habita em nós. Antes de buscá-la no outro, devemos procurá-la no espelho. Ela cresce à sombra das próprias estruturas socioeconômicas e políticas de uma cidade, de

uma região, de um país, uma imagem refletida no espelho da sociedade.

Destarte, para controlar o ímpeto, o apetite e o alcance das organizações criminosas, esses conquistadores tão influentes, tão insidiosos, tão poderosos, para quebrar-lhes a *espada*, mitigando os seus efeitos perniciosos, o máximo possível, não é suficiente apenas brandir a *espada da lei*, mesmo sendo esta necessária, contra a impunidade, mediante inovações ou alterações legislativas que sejam acompanhadas de medidas e estratégias administrativas e sejam mais apropriadas para o enfrentamento de uma macrocriminalidade com características únicas, que propiciem ao Ministério Público, um dos indiscutíveis protagonistas, dirigir, coordenar e empreender os esforços em prol desse fim, com a assistência imprescindível da Polícia, e ao Poder Judiciário dispor de elementos e estrutura bastantes para o bem julgar. Também é forçoso erguer uma nova *cruz*, que propague valores éticos, de respeito ao ser humano e à sua dignidade, de cultivo dos frutos do mérito e do trabalho honesto, de rechaço em relação às obras da esperteza e da apropriação do público por interesses privados, que traga uma nova mentalidade, em nível local e mundial, pela qual o lucro e o poder cobiçados não se tornem os ídolos dominantes do mercado e da política, na qual a ética da fraternidade e da solidariedade oriente o desempenho de cada profissão e o exercício do serviço público e não seja sacrificada ao altar da lógica das aparências e do ganho fácil e egoístico, enfim, que inspire a construção de um mundo mais justo e mais ético. É esta a *fome* que deve presidir as ações de controle de tal modalidade delituosa.

* Palestrante da Esmaf/ 1.ª Região e promotora de justiça do Maranhão/MA, doutora e mestre em Ciências Penais pela Faculdade de Direito UFMG
E-mail: alaferro@uol.com.br.



AMAZONAS

Descumprimento da Lei das Filas resulta em indenização por danos morais

▼ POR ANDREA ROCHA - SECOS/AM

Um cliente da Caixa Econômica Federal (CEF) ingressou com pedido de indenização por danos morais na Justiça Federal do Amazonas, por ter esperado cerca de três horas na fila para ser atendido em uma agência.

O consumidor deu entrada em sua ação em abril do corrente ano, sendo sua audiência realizada em agosto, apenas quatro meses após o início da ação, oportunidade em que firmou acordo com o banco público para receber a indenização pelos danos morais sofridos. O acordo firmado foi analisado e homologado por sentença pelo juiz.

Segundo a Lei Municipal n.º 167 de 13 de setembro de 2005, o tempo hábil para atendimento em concessionárias,

permissionárias e autorizadas de serviços públicos de água, luz e telefone, agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito é de 15 minutos em dias normais, 20 minutos às vésperas e após os feriados prolongados e 25 minutos nos dias de pagamento de funcionários públicos municipais, estaduais e federais, não podendo ultrapassar esse prazo, em hipótese alguma.

A lei determina, ainda, que esses estabelecimentos coloquem pessoal suficiente à disposição dos usuários, de forma a oferecer um tratamento digno e profissional aos seus clientes.

Processo eletrônico n.º 7184-25.2012.4.01.3200

DISTRITO FEDERAL

Justiça Federal do DF condena envolvidos na quebra de sigilo de votação do painel do Senado

▼ POR COORDENAÇÃO DE JORNALISMO DA SECOS/SJDF

A Justiça Federal do DF, no dia 10 de agosto, julgou procedente a ação de improbidade administrativa (2001.34.00.026152-5) ajuizada por violação ao painel eletrônico do Senado, condenando o ex-senador José Roberto Arruda, a ex-diretora-geral do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Célia Peres Borges, e os servidores do Senado Ivar Alves Ferreira e Heitor Ledur à perda dos direitos políticos por cinco anos, à proibição de firmar contratos com o Poder Público ou receber incentivos fiscais ou creditícios, ao pagamento de multa de até 100 vezes a remuneração e, ainda, em relação à Regina Célia e Ivar Alves, à perda do cargo público.

De acordo com a sentença do juiz federal Alexandre Vidigal de Oliveira, da 20.ª Vara Federal do DF, a condenação deu-se por ter sido reconhecida a responsabilidade dos réus por condutas omissivas e comissivas que resultaram na violação da quebra do sigilo da votação eletrônica da sessão do Senado, de 25 de junho de 2000, para cassação do mandato do então senador Luiz Estevão, fundamentando-se o julgado no *caput* e incisos I e II do artigo 11 da Lei 8.429/92.

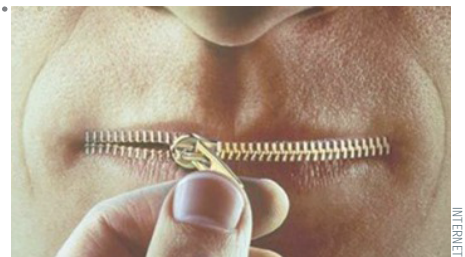
Conforme entendeu o juiz federal Alexandre Vidigal, os réus transgrediram os princípios constitucionais da moralidade,

impessoalidade e legalidade, bem como violaram os deveres de honestidade, imparcialidade e lealdade às instituições.

A condenação imposta aos réus foi a máxima prevista para o caso do ilícito praticado, tendo sido determinada na sentença a imediata indisponibilidade de bens dos réus, para que possam suportar os efeitos da condenação de multa, que deve ser superior a R\$ 2,5 milhões, a cada um dos réus, e para a garantia do cumprimento da pena, se confirmada em última instância. A ação também fora proposta contra o ex-senador Antônio Carlos Magalhães e o servidor do Senado Hermilo Gomes Nóbrega, tendo sido julgada sem análise do mérito, em razão do falecimento de ambos no curso do processo. A sentença julgou improcedente o pedido de condenação em relação ao réu Sebastião Gazola Costa Junior.

Juntamente com a ação de improbidade, foi julgada a Ação Popular 2001.34.00.014988-5, em que se pedia o ressarcimento das despesas efetuadas pelo Senado Federal com a perícia no sistema de informática daquela Casa. Esse serviço foi executado para verificar a vulnerabilidade do sistema de votação eletrônica. A ação popular foi julgada improcedente.

Processo n.º 2001.34.00.026152-5



PARÁ

Militares são processados por crimes durante Guerrilha do Araguaia

▀ POR PAULO BEMERGUY - SECOS/PA

O coronel Sebastião Curió Rodrigues de Moura e o major Lício Augusto Maciel, ambos da reserva do Exército, serão processados pela Justiça Federal de Marabá por crimes que, segundo o Ministério Público Federal, cometeram durante a Guerrilha do Araguaia.

As duas denúncias foram recebidas no dia 29 de agosto pela juíza federal Nair Pimenta de Castro, da 2.^a Vara da Subseção de Marabá. Caso não haja reforma da sentença, os dois réus serão os primeiros, em todo o país, a responder a processo penal por supostos delitos cometidos durante a Guerrilha do Araguaia.

O MPF já havia denunciado Curió em março deste ano. Mas a denúncia foi rejeitada sob o fundamento de que a Lei da Anistia, em vigor desde 1979, contemplou os supostos autores de crimes políticos ocorridos de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, período que abrangeu a ditadura militar instaurada pelo golpe de 1964.

Diante da rejeição da peça acusatória contra Curió, o Ministério Público Federal recorreu. Mas a 2.^a Vara Federal de Marabá, ao receber o recurso, exercendo a faculdade de retratação, dessa vez decidiu aceitar a denúncia contra Curió, que responderá, juntamente com Lício Maciel, pelo crime previsto no artigo 148 do Código Penal Brasileiro – “privar alguém de sua liberdade, mediante sequestro ou cárcere privado” –, na sua forma qualificada, que ocorre quando a vítima sofre, em razão de maus-tratos ou da natureza da detenção, grave sofrimento físico ou moral.

O MPF narra, na denúncia, que Curió cometeu o crime de sequestro qualificado contra cinco militantes capturados durante a repressão à Guerrilha do Araguaia na década de 70 e até hoje desaparecidos. Os sequestros ocorreram na última operação de repressão à guerrilha, deflagrada em outubro de 1973, denominada de Operação Marajoara e comandada pelo então major Curió. “Houve ainda a institucionalização das agressões físicas e psicológicas, não apenas em face dos eventuais detidos, mas também da população civil local”, narra a denúncia.

Em relação a Lício Maciel, que na época da repressão militar era conhecido como “Doutor Asdrúbal”, o Ministério Público Federal o acusa de ter sequestrado Divino Ferreira de Sousa, o Nunes. Segunda a denúncia, ele foi emboscado no dia 14 de outubro de 1973 por militares chefiados por Lício, quando estava ao lado de André Grabois (o Zé Carlos), João Gualberto Calatroni (o Zebão) e Antônio Alfredo de Lima (o Alfredo). Os outros três guerrilheiros foram executados, enquanto Divino foi sequestrado e levado com vida para a base militar da Casa Azul, em Marabá. Depois disso, nunca mais foi visto. Para receber as ações, mesmo na vigência da Lei de Anistia, a juíza federal Nair Castro admite que, como ato de perdão, anistiar é ato que se volta para o passado. “Na hipótese dos autos, entretanto, está-se diante de algo que não passou, de evento que, em tese, não ficou no passado, antes perdura até que os indícios de sua permanência sejam suplantados por elementos evidenciadores de sua cessação”, ou seja, até que fique demonstrado que acabaram os sequestros das vítimas dos dois militares da reserva.

“A cessação do sequestro imputado, em tese, ao denunciado, somente poderia ser tida como ocorrente se houvesse, no acervo da investigação ora manuseado, indícios de que as vítimas tivessem sido, nalgum momento, libertadas com vida (saída do domínio dos agentes) ou, ainda, que tivessem sido, ao menos, encontradas mortas; no entanto, não há indícios seguros nessa direção, máxime se considerada a questão de que crime daquela natureza deixa vestígios palpáveis que, no caso, não foram encontrados”, afirma a magistrada, nas decisões em que acolheu as denúncias contra Curió e Lício Maciel.

Processo n.º 1162-79.2012.4.01.3901

Processo n.º 4334-29.2012.4.01.3901

INTERNET



GOIÁS

Liminar garante a aluna colar grau

▼ POR CARLOS EDUARDO - SECOS/GO

O juiz federal Juliano Taveira Bernardes, da 4.^a Vara da Seção Judiciária de Goiás, deferiu, no dia primeiro de agosto, o pedido de liminar em mandado de segurança interposto por estudante do curso de Publicidade e Propaganda da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC/GO) contra ato da pró-reitora de Graduação, assegurando ao estudante o direito de colar grau juntamente com sua turma, no dia 8 de agosto.

Alegou a impetrante que foi aprovada no vestibular da PUC/GO para o curso de Publicidade e Propaganda, no qual ingressou no segundo semestre de 2007, após apresentar todos os documentos exigidos pela instituição. Porém, em 2012, viu-se impedida de colar grau porque o Colégio Pensar, que forneceu o certificado de conclusão do ensino médio, teve suas atividades suspensas por ato do Conselho Estadual de Educação em 6 de julho de 2007, tendo sido invalidado pela Secretaria Estadual da Educação o diploma expedido pela escola.

Na decisão, o magistrado argumentou que “ainda que não fosse possível à Instituição de Ensino Superior em comento negar a matrícula da Impetrante no primeiro semestre de 2007 sob o fundamento de invalidação do diploma de segundo grau, ocorrida na mesma época, não poderia a Universidade ter anuído com a renovação da matrícula nos períodos posteriores”.

“Não pode agora a PUC, após ter prestado o serviço e recebido a respectiva contraprestação pecuniária, negar à impetrante o direito de colar grau. Ademais, depois de ter concluído o curso de nível superior, descabe exigir da estudante de boa-fé que seja compelida a cursar novamente o terceiro ano do nível médio”, concluiu.

Processo n.º 26802-26.2012.4.01.3500

RONDÔNIA

Justiça Federal faz cessão de motor a grupamento de bombeiros

▼ POR ANTÔNIO SERPA - SECOS/RO

O juiz federal Marcelo Stival, em exercício na Subseção Judiciária de Ji-Paraná, proferiu, no dia 16 de agosto, sentença que determinou a cessão de um motor a diesel, marca Buffalo 5.0, sem numeração, ao comando do 3.º Grupamento de Bombeiros do Estado de Rondônia. O equipamento foi apreendido por ocasião da lavratura de termo circunstanciado, e agora será utilizado na montagem de um grupo de bombas de combate a incêndio.



O magistrado ordenou que a Delegacia de Polícia Federal de Vilhena fizesse a entrega do equipamento e nomeou o comandante do 3.º Grupamento de Bombeiros de Rondônia fiel depositário do bem, pois não havia possibilidade legal de o motor ser doado aos combatentes do fogo. Como Rondônia vive época de grandes queimadas, a destinação provisória do motor auxiliará a brigada de combate a incêndios em várias partes do Estado. “Oferecer em depósito os referidos bens apreendidos ao Corpo de Bombeiros é uma prática salutar que a Justiça Federal pode desempenhar para colaborar com a preservação do meio ambiente e com a qualidade de vida do cidadão, proporcionando a tal instituição mais instrumentos para combater focos de incêndio que tanto prejudicam o bioma amazônico” – ressaltou o magistrado.

Processo n.º 3453-34.2012.4.01.4101

Concessão de Horário Especial ao Servidor Estudante

O direito é regido pela Lei 8.112/1990, art. 98, § 1.º, e pela Resolução n.º 5/CJF, de 14 de março de 2008. Dúvidas? Você tira aqui.

1. O que se exige para concessão do horário especial ao estudante?

O servidor deverá comprovar que frequenta curso cujo horário seja incompatível com o horário de expediente do órgão, sem prejuízo do exercício do cargo.

2. Quais cursos previstos em lei para a concessão de horário especial ao servidor estudante?

O curso de ensino regular fundamental, médio, superior, os cursos supletivos e os de pós-graduação.

3. Poderá ser concedido horário especial ao servidor que está matriculado em mais de um curso?

Ao servidor nessa condição será concedido horário especial somente para um dos cursos, devendo ele indicar aquele que ensinará o horário especial.

4. Deverá o servidor compensar horário?

O servidor estudante beneficiado com a concessão de horário especial deverá, ainda, realizar compensação de horário, de modo que seja respeitada a duração semanal de trabalho.

5. Quais os procedimentos necessários para que se possa requerer a concessão do horário especial?

O servidor deverá apresentar requerimento à autoridade competente (no TRF, ao diretor-geral, nas seccionais, ao diretor de foro), solicitando a concessão de horário especial, o qual deverá ser acompanhado do comprovante de matrícula no estabelecimento de ensino, declaração da instituição com o horário das respectivas aulas.

6. Qual o prazo de validade da concessão do horário especial ao estudante?

O servidor deverá solicitar a renovação da concessão do horário especial até o trigésimo dia após o início de cada semestre, mediante a apresentação de documento comprobatório de frequência regular no semestre anterior.

7. Para a concessão do horário especial ao estudante, é necessário que haja compatibilidade entre o curso e as atribuições do cargo exercido pelo servidor?

Não, pois a lei não vinculou a concessão do benefício às atribuições do cargo.



Ilha de Maiorca

▼ EUVALDO PINHO*

NEM SÓ DE PRAIAS SE FAZ UMA ILHA. PRINCIPALMENTE QUANDO FALO DE MAIORCA, SITUADA NA COSTA ORIENTAL DA ESPANHA, NO MAR MEDITERRÂNEO. COM PAISAGENS RURAIS INTOCADAS, OLIVAIIS MILENARES (LEGADOS DOS ÁRABES), ALDEIAS PITORESCAS E UMA TRANQUILIDADE... QUE FAÇO QUESTÃO DE COMPARTILHAR COM VOCÊ NESTA EDIÇÃO.





Maiorca é a maior das cinco Ilhas Baleares, as outras quatro são Menorca, Cabrera, Formentera e a tão famosa Ibiza, as duas últimas pertencentes à Espanha. Chegamos à Ilha de Maiorca a bordo de nosso veleiro e acompanhado de travessias. Palma de Maiorca é a capital e tem uma peculiaridade: os maiorquinos sempre viveram de costas voltadas para o mar. Construíram as suas aldeias, mesmo que próximas da costa, atrás das falésias, para se protegerem das invasões dos piratas, das tempestades e dos ventos do norte.

Após atracarmos e cumprirmos o ritual obrigatório do velejador, alugamos um carro e fomos conhecer a ilha. Começamos por Valldemossa, que é uma pequena aldeia bem próxima do mar e com ares típicos do interior. As casas feitas de pedra parecem de boneca e têm flores que enfeitam as fachadas. As ruas empinadas e estreitas reforçam ainda mais o charme que a história deixou. A sensação é de que o tempo parou por lá.

Tapas, tortijas de batatas e horchatas de amêndoas abrem o apetite dos "curiosos" visitantes, que não resistem aos belos cafés, padarias e às lojas, tornando a aldeia de Valldemossa ainda mais encantadora.

No centro, conservam-se a casa natal de Santa Catalina Tomás, a igreja do século XIII e Cartuja de Valldemossa, palácio que foi residência do rei Sancho e, posteriormente,

Real Mosteiro (século XV).

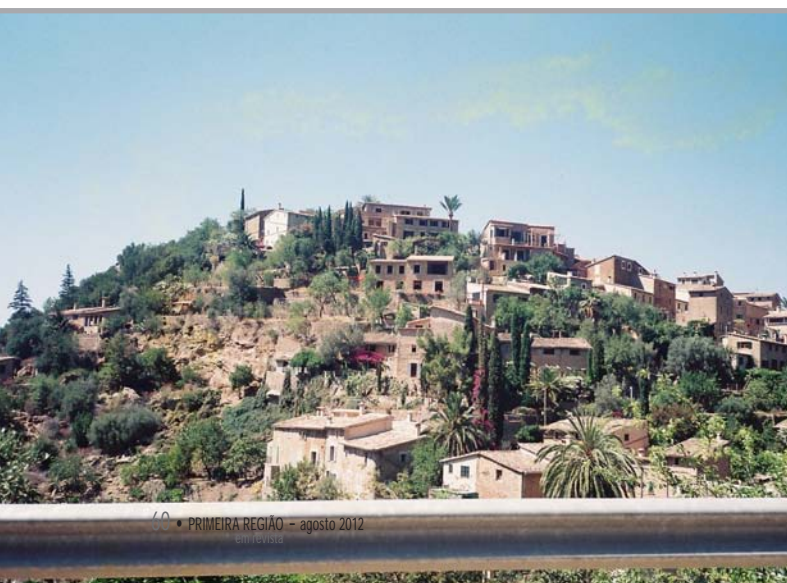
Nós nos despedimos de Valldemossa e retornamos a Palma de Maiorca. As atrações naturais são fascinantes. Uma combinação de praias, grutas, cordilheiras que formam falésias e um dos maiores lagos subterrâneos do mundo... banhados pelas águas mornas do Mediterrâneo.

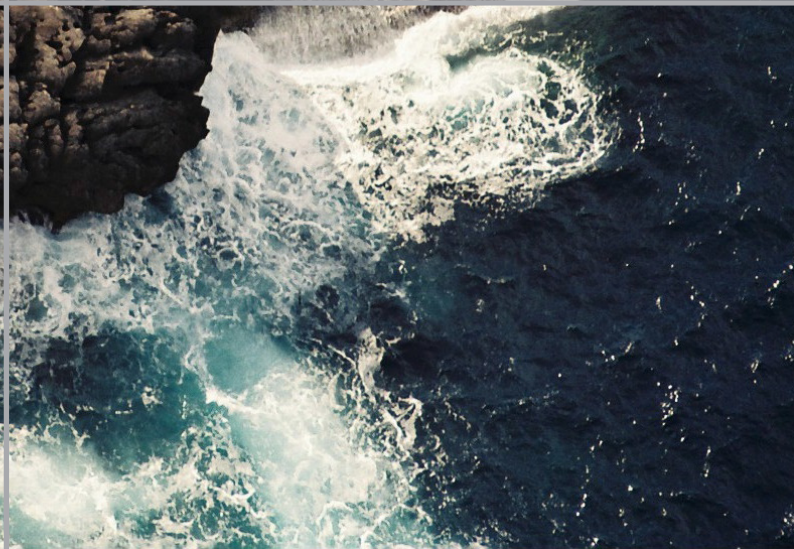
É tanta beleza que tudo encanta. Até mesmo um temporal que nos pegou de surpresa. E faço questão de explicar o que senti naquele momento. Por incrível que pareça, permanecer perto da costa com mau tempo é mais perigoso do que ficar em alto mar. Imaginem estarmos cercados de penhascos de rochas com uma pequena e única saída para o mar aberto? Nossa salvação: o veleiro subia e descia em enormes ondas, ora nos aproximava de um lado dos rochedos ora de outro, testando nossa habilidade, até conseguirmos passar pela garganta que havia nos conduzido àquele lugar lindo anteriormente.

Após o episódio e transcorrido o susto... tenham certeza de que naquela noite cada um de nós orou no silêncio do travesseiro agradecendo a Deus por vencer incólume mais essa experiência.

Até a próxima onda... ■

*Euvaldo Pinho é servidor aposentado e colaborador da editoria
Fotos e legendas do autor







COM

Sucesso profissional: um passo da felicidade

A vida profissional é um braço muito importante para a sanidade mental. Isso porque passamos a maior parte de nosso dia e de nossas vidas no trabalho. Assim, um ambiente agradável e uma tarefa prazerosa são pontos chave para o sucesso.

Mas o que é pra você sucesso profissional?

Aqui vou receber várias respostas: ganhar dinheiro, ter reconhecimento, *status*, fazer o que gosta, etc.

Para a literatura, sucesso profissional atinge três grandes áreas: competências (o que eu sei fazer), personalidade (o que gosto de fazer) e mercado de trabalho (o que o mercado compra).

As pessoas que encontram o sucesso profissional mais rápido são aquelas que conseguem fazer uma intercessão dessas três áreas.

Por exemplo, Maria é professora, adora crianças pequenas e tem habilidade para lidar com manha, birra e mimo. É provável que ela se torne uma excelente professora de maternal e que consiga reconhecimento em sua área.

Quando fazemos o que gostamos, o trabalho fica leve e os resultados são bons. Dessa maneira, é muito importante que procuremos fazer o que realmente gostamos e para o qual temos competência.

Você já fez o seu planejamento de carreira?

Pelo que foi exposto acima, é imprescindível pensar em sua carreira em curto

comportamento comportamento comportamento portamento

(3 anos), médio (5 anos) e longo prazo (10 anos). Caso contrário, você corre o risco de chegar à velhice fazendo aquilo de que jamais gostou e, em vez de sucesso, terá um tormento profissional.

Daí, vamos analisar o caso do concurso público. Não que eu seja contra procurar a estabilidade financeira, mas penso ser de enorme importância encontrar uma função que se adapte às suas necessidades.

Infelizmente, recebo em consultório muitas pessoas infelizes, deprimidas, ansiosas, que passaram num concurso que exige perfil completamente diferente do delas. Entram num círculo vicioso de dinheiro *versus* insatisfação e não conseguem realizar-se profissionalmente. Nesse caso, um *hobby* ou uma atividade paralela é a busca para o equilíbrio mental.

Pensamos em algumas pessoas que fizeram sucesso em áreas completamente diferentes... Será que elas gostam do que fazem? Enfim, para ser feliz profissionalmente, é preciso também não ter medo. ■

*Psicóloga (CRP 01/9034) com formação em Análise do Comportamento (INSPAC/DF), pós-graduada em Cognitivo-Comportamental (Marília/PR) e especialista em Obesidade e Transtornos Alimentares (HC/FMUSP). Credenciada à rede do TRF1.

Intolerância à Lactose

EMBORA ATINJA A MAIORIA DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 20 ANOS, É FREQUENTEMENTE CONFUNDIDA COM OUTRAS ENFERMIDADES

▼ TAYNARA PRATA/ MC

Segundo a Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a intolerância à lactose atinge cerca de 70% da população adulta, em diversos graus de intensidade. Conforme a nutricionista do TRF/ 1.ª Região Cristine Caltabiano Neves, formada em nutrição humana pela Universidade de Brasília, isso é um traço evolutivo natural do ser humano. "A atividade da lactase (enzima que digere a lactose) é alta e se mantém constante até dois a cinco anos de idade, quando a maioria da população apresenta uma perda de 90 a 95% dessa atividade. O modelo fisiológico de perda da atividade da lactase é geneticamente programado."

Ainda assim, a maioria da população não sabe que possui a intolerância. Esse fato é devido à variedade dos sintomas, que se manifestam em dores de estômago, gases, inchaço abdominal, cólicas e náusea, inclusive sendo confundidos com alguns traços da Tensão Pré-Menstrual (TPM) feminina.

De acordo com especialista do Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE), Patrícia Modesto, diferente da alergia, que é uma resposta do sistema imunológico a algum componente do alimento, a intolerância à lactose é uma reação adversa que envolve a digestão ou o metabolismo. Ela ocorre quando o intestino delgado deixa de produzir a enzima lactase ou a produz defeituosa. Essa enzima é

INTERNET

responsável pela quebra e absorção da lactose (açúcar do leite) pelo organismo. Com sua ausência, no lugar de ser digerida, a substância é fermentada por bactérias, desenvolvendo os sintomas mais comuns da doença.

Apesar de não ser considerada perigosa, a ausência do diagnóstico da intolerância à lactose pode trazer inconvenientes à saúde de crianças e adultos. Foi o caso da filha da servidora do TRF/ 1.ª Região Cristiane Siqueira Mendes de Medeiros. “Minha filha que hoje tem quatro anos, quando tinha quase dois anos, percebi que o cabelo dela não estava crescendo e estava opaco. Fui ao dermatologista, ao pediatra, fiz até exame tricológico no cabelo, mas foi uma nutricionista funcional que me alertou que poderia ser alergia à proteína do leite. Tirei o leite de vaca e percebi que o cabelo começou a se desenvolver normalmente e com brilho. Quando ela comia alguma coisa que continha leite ela empolava imediatamente, primeiro na face, nos braços e depois no corpo todo”.

Com a interrupção do consumo de alimentos com lactose, todos os sintomas desaparecem, mas é preciso ter alguns cuidados e substituí-los por outros que contenham cálcio. “É importante aumentar o consumo de outros alimentos fontes de cálcio, já que o indivíduo intolerante à lactose reduz ou elimina da dieta leite e derivados”, destaca Cristine.

Alguns desses alimentos são: feijão, ovo, couve, brócolis, espinafre (verduras escuras em geral), repolho, nabo, figo, uva passa, cenoura, laranja, amêndoas, nozes, queijo de soja, sardinha, marisco, algas e gergelim



O DIAGNÓSTICO PODE SER FEITO DE TRÊS MANEIRAS

- ⇒ **TESTE DE INTOLERÂNCIA À LACTOSE:**
o paciente recebe uma dose de lactose em jejum e, depois de algumas horas, são colhidas amostras de sangue que indicam os níveis de glicose.
- ⇒ **TESTE DE HIDROGÊNIO NA RESPIRAÇÃO:**
o paciente ingere uma bebida com alta quantidade de lactose, e o médico analisa o hálito da pessoa em intervalos que variam de 15 a 30 minutos por meio da expiração. Se o nível de hidrogênio aumentar significa um processamento incorreto da lactose no organismo.
- ⇒ **TESTE DE ACIDEZ NAS FEZES:**
se a pessoa ingeriu alimentos com lactose, teve os sintomas e procurou auxílio médico, é porque a lactose não foi bem digerida, produzindo ácidos que podem ser detectados nas fezes.

(duas colheres se sopa equivalem a um copo de leite). A Federação Brasileira de Gastroenterologia (FBG) alerta, no entanto, que, na hora de substituir os alimentos, é importante estar atento àqueles que interferem na absorção do cálcio, a exemplo dos produtos com excesso de sódio e bebidas com cafeína. ■



Alimentos Gravídicos. Abriga-se o Feto. “Obriga-se” ao Afeto.

A obrigação alimentar reconhecidamente se funda no dever de mútua assistência e solidariedade (art. 1724 do CCB/02), ínsita às relações pautadas pela afetividade familiar, pouco importando se decorrem do casamento-contrato ou simplesmente da união de fato. Onde há família deve haver proteção mínima, nem que seja apenas alimentar. Até porque o direito à subsistência está implícito no direito de viver dignamente, o que é fundamental de acordo com o art. 1.º, III, da Constituição de 1988.

Contudo, transpor tal lógica aos alimentos gravídicos, em que não há família e não raro sequer a intenção de se formar uma, demanda uma atividade hermenêutica mais cuidadosa por parte do intérprete que, diante do caso concreto, irá mais ponderar que decidir.

E tal análise “pré-judicial” decorre da própria natureza desse direito que, sem a presença de uma convivência estável e afetiva na relação, acaba por esbarrar/colidir com outro valor não menos importante e nem menos constitucional, que é o da presunção da inocência até que se julgue o contrário (art. 5.º, LVII, CF/88). Ora, apesar da Lei 11.804/08 regular os alimentos gravídicos como aqueles necessários à gestação do nascituro, assumindo, assim, a teoria concepcionista, pela qual a personalidade se iniciaria na concepção, que é, portanto, anterior ao seu nascimento, a simples verificação da quantidade de vetos sofridos (seis numa lei de doze artigos) evidencia que não se pode mesmo engessar uma ponderação de valores, já que ambos são constitucionalmente consagrados.

Assim, apesar de a lei estar calcada na boa-fé da gestante e ser de extrema necessidade, a primeira coisa a ser avaliada é a existência do binômio necessidade/possibilidade, auferindo se as partes preenchem os pressupostos para se tornarem sujeitos (ativo e passivo) da obrigação alimentar. A gestante, se ainda mora com os pais, vive uma situação; se vive de aluguel às suas próprias expensas, demonstra uma realidade diversa (e não raro adversa, já que quase sempre não consegue trabalho pelo próprio estado em que se encontra).

Da mesma forma, o possível pai. A depender das funções que exerce no processo de trabalho e de produção social, o mínimo a ser judicialmente imposto a ele pode custar-lhe muito. Analisar as pessoas envolvidas (não só em termos de *status* econômicos, mas também sociais e culturais), portanto, caso a caso, é o papel do juiz antes da verificação dos indícios da paternidade ali discutida, já que ninguém pode ser considerado culpado sem que haja provas materiais que comprovem sua obrigação – ou não – na gestação que ali se evidencia.

E, na medida do real e do possível, deve-se cumprir, sim, a lei no sentido de dar garantias mínimas para cobertura das despesas tanto do período gravídico quanto das que sejam dele decorrentes, como alimentação, parto, exames, etc. (art. 2.º, Lei 11.804/08), para que se proteja a integridade da criança em formação, sem, contudo, esquecermos a regra geral da responsabilidade subjetiva (art. 186, CCB/02), quando a autora, agindo com dolo ou culpa, pode responder por indenização se comprovada sua má-fé na indevida promoção de tal ação.

Ademais, ainda que o possível pai se sinta constrangido em sua dignidade pessoal, esta não possui (mesmo!) igual densidade da dignidade do nascituro, independente do vínculo existente entre eles que, na prática, só se confirma (em geral) após o parto, que facilita os exames de DNA. A propósito, tais exames, quando intrauterinos, demandam maior custo, sem falar que podem aumentar o estresse de uma gestação que já passa por dificuldades (ou, pelo menos, assim alegadas). Logo, qualquer causa de sofrimento fetal deve também ser pensada e pesada, antes de seu deferimento, até para que se garanta o melhor interesse do nascituro, que é o escopo axiológico definidor da melhor direção nessa ponderação de valores em nosso ordenamento jurídico.

*Bacharel em Direito e técnico judiciário lotado na Subseção Judiciária de Juiz de Fora /MG



Mensagem aos estagiários

Neste 18 de agosto – data em que foi editado o Decreto n.º 87.497 de 1982 – comemoramos o dia do estagiário, ocasião na qual me dirijo a todos esses colaboradores especiais, que trabalham conosco ao tempo em que se preparam para o futuro.

Em nossa jornada diária, os estagiários dividem as atividades acadêmicas com o exercício do estágio, quando incorporam um pouco da experiência necessária à formação profissional, visando ao crescimento pessoal e ao sucesso individual, em suas respectivas áreas de formação.

É momento de ressaltarmos a importância da colaboração de cada estagiário em nosso sagrado dever de prestar um trabalho de excelência ao nosso jurisdicionado, pois todos integram essa força de trabalho, que nos ajuda a desenvolver com presteza e qualidade as atividades judicantes.

Agradeço e cumprimento a todos nesta data especial, com as sábias palavras de um dos maiores poetas da língua portuguesa e da literatura universal, que bem traduzem o espírito do estagiário:

*De tudo ficaram três coisas:
a certeza de que estava sempre começando,
a certeza de que era preciso continuar
e a certeza de que seria interrompido antes de terminar.
Fazer da interrupção um caminho novo,
fazer da queda um passo de dança,
do medo, uma escada,
do sonho, uma ponte,
da procura, um encontro.*
Parabéns e felicidades!*

**Desembargador Federal Mário César Ribeiro
Presidente**



Praça dos Tribunais Superiores
SAS, Quadra 2, Bloco A
CEP: 70095-900
Brasília - Distrito Federal
primeiraregioemrevista@trf1.jus.br
www.trf1.jus.br